

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Caminhão desgovernado](#) 4

Folha de S. Paulo

[Título: As \(más\) ideias imortais](#) 17

[Título: Sem acordo fechado, a greve dos caminhoneiros segue](#)..... 20

O Estado de S. Paulo

[Título: Temer lança Meirelles; MDB se divide](#) 25

Valor Econômico

[Título: Fazenda reduzirá Cide se reoneração for aprovada](#) 39

[Título: Para viabilizar candidatura presidencial, deputado distancia-se do Planalto](#) 49

[Título: Presidente da Eletrobrás nega uso de assessoria para denegrir estatal](#) 50

Sumário

VEÍCULO:	O Globo	3
	Título: A fatura de 2019	3
	Título: Caminhão desgovernado	4
	Título: Estatuto da gafeira	5
	Título: A insanidade de se repetir o mesmo erro nos combustíveis	6

Título: Temer joga a toalha	7
Título: Acordo às pressas	10
Título: Greve de caminhoneiro já prejudica transporte e setor de alimentos	13
Título: Congresso desiste de votar venda de 6 distribuidoras da Eletrobrás.....	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: As (más) ideias imortais	17
Título: Esmola eleitoreira com a gasolina	18
Título: Sem acordo fechado, a greve dos caminhoneiros segue.....	20
Título: Petróleo vai continuar em alta, diz especialista	22
Título: Paralisação já causa desabastecimento em alguns setores	23
Título: Mobilização alcança 24 estados e amplia pontos de interdições.....	25
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	25
Título: Temer lança Meirelles; MDB se divide	25
Título: SBM retoma acordo de leniência com governo.....	27
Título: Governo vai zerar Cide para reduzir preço do diesel, mas protestos devem continuar	28
Título: Paralisação nas estradas já afeta fábricas	29
Título: Análise - Populismo fiscal.....	30
Título: Fila no Porto de Santos chega a 1,2 km	31
Título: Eletrobrás sai da previsão do Orçamento.....	32
Título: Congresso adia decisão sobre distribuidoras	33
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	34
Título: Corte da Cide em troca da reoneração da folha.....	34
Título: Abastecimento prejudicado.....	36
Título: Custo do combustível assusta.....	37
Título: Embates externos e internos pela compra da AES Eletropaulo	38
Título: Momento de cautela.....	38
Título: Fazenda reduzirá Cide se reoneração for aprovada	39
Título: Sem estoques, produção de montadoras trava com greve	42
Título: Receita de petróleo traz novo fôlego e ajuda a liberar R\$ 2 bi em gastos	44
Título: Bandeira amarela deve ser mantida	47
Título: MP da Eletrobrás perderá a validade, diz Rodrigo Maia	47
Título: Para viabilizar candidatura presidencial, deputado distancia-se do Planalto	49
Título: Destaques	50

Título: Presidente da Eletrobrás nega uso de assessoria para denegrir estatal	50
Título: Curtas	52
Título: A era de preço baixo do petróleo está morta.....	53
Título: Opep pode reduzir corte na produção em junho	55
Título: Petrobras recua em dia de bolsa positiva.....	56

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: A fatura de 2019

Poder em Jogo

Se já era difícil, a privatização da Eletrobrás passou a ser miragem no governo Michel Temer. Ontem, um acordo entre os partidos que apoiam o governo e a oposição deixou-a sem data definida. Pelo menos até as eleições. A medida provisória do setor elétrico (MP 814) foi retirada da pauta do Congresso. Em troca, a oposição se comprometeu a abandonar a estratégia de obstruir votações de outros projetos governamentais. A MP originalmente incluía a empresa no programa de privatizações e era considerada pelo próprio governo um passo fundamental no processo de venda de parte do capital da estatal. Era uma das prioridades de Temer, mas ganhou forte resistência no Congresso, especialmente nas bancadas do Nordeste e de Minas. O acordo foi fechado no gabinete da liderança do DEM, partido liberal ao qual pertence o relator da privatização, deputado José Carlos Aleluia. Os governistas querem votar medidas provisórias que perdem validade nos próximos dias e projetos como o fim da isenção de alguns tributos sobre a folha de pagamentos para vários setores industriais. O Ministério da Fazenda fez essa proposta ontem como solução para segurar o preço do diesel: até dezembro de 2020 acaba-se com as isenções fiscais sobre a folha de pessoal das empresas, e, em troca, o governo põe fim à cobrança da taxa (Cide) sobre o combustível. Às vésperas da eleição, o Congresso manobra em cima do orçamento. Está jogando uma conta para 2019, com o futuro governo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Coluna****Autor: Miriam Leitão****Título: Caminhão desgovernado**

Nos primeiros minutos da reunião, na manhã de ontem, sobre o preço dos combustíveis, os ministros **Moreira Franco** e Eduardo Guardia avisaram que o governo nunca havia pensado em interferir na Petrobras. O dia terminou com Guardia informando que fechara um acordo com os presidentes do Congresso para reonerar a folha salarial e eliminar a Cide. Os caminhoneiros disseram que a greve continua.

Greve de caminhoneiro assusta por razões práticas e memória política. Elas sempre estiveram presentes em momentos de instabilidade de governos na América Latina. O caso emblemático é o do Chile de Salvador Allende. O atual governo brasileiro não poderia desprezar o sinal das estradas. Por erros antigos do nosso rodoviarismo, o Brasil é excessivamente vulnerável a uma paralisação de caminhões. Tudo se transporta por eles. Em países de grandes dimensões, o modal ferroviário há muito tempo foi implantado porque é mais econômico, lógico e sustentável. Por atrasos recentes na adoção de novas energias e novas tecnologias, os caminhões movidos a diesel são dominantes. A consequência prática disso é que combustível fóssil é carregado queimando-se combustível fóssil. E ontem à tarde o risco era de parar do aeroporto de Brasília aos ônibus do Rio.

O governo resistiu à tentação fácil de culpar a Petrobras pelos preços. O que sobra? Os impostos. O problema é que a tendência é mesmo de taxar mais os combustíveis fósseis, neste tempo de combate às emissões de gases de efeito estufa. Uma redução de tributos pura e simples poderia acabar provocando distorções, como já ocorreu no passado, com o produto menos poluente sendo mais taxado do que o fóssil.

De tarde, o deputado Rodrigo Maia anunciou pelo Twitter a solução encontrada com o governo, de que a Cide será zerada. E disse mais: "Eu e o presidente do Senado combinamos com o governo federal: os recursos da reoneração serão todos utilizados para reduzir o impacto do aumento do diesel."

No fim do dia, o ministro Guardia confirmou os detalhes desse acordo. Só será reduzida a Cide do diesel depois que o Congresso votar a reoneração e até 2020 nenhum setor terá o benefício da desoneração.

Parece uma solução engenhosa, mas vamos entendê-la: no governo passado, vários setores foram desonerados, ou seja, passaram a pagar menos de contribuição previdenciária sobre a folha salarial. O governo atual propôs reonerar, ou seja, elevar de novo a contribuição, mas o projeto não andou no Congresso. Agora andar, mas, em vez de o dinheiro pago pelos empregadores ir para a Previdência, vai para subsidiar o uso do diesel.

Pelas contas do economista Fábio Klein, da Tendências Consultoria, a perda de receitas com a Cide seria mais do que compensada pelo aumento de arrecadação provocado pela alta do preço do petróleo. Olhando para estados e municípios, o ganho com royalties poderia chegar a R\$ 7 bilhões este ano, com uma perda em torno de R\$ 1,2 bilhão de junho a dezembro, com a Cide.

— A Cide arrecada R\$ 6 bilhões por ano e um terço disso é de estados e municípios. Se a redução entrar em vigor em junho, a perda será de R\$ 3,5 bilhões. O impacto fiscal não é grande. Difícil mesmo seria mexer no PIS/Cofins, que vai todo para a União, e no ICMS, que é inteiramente dos estados — explicou.

Também se discutiu na reunião sobre os combustíveis a distorção criada pelo ICMS. Ao contrário de PIS/Cofins e Cide, que são cobrados em um valor fixo pelo volume de vendas, o ICMS é ad valorem, ou seja, incide sobre o preço final. Como a alíquota chega a superar 30% em alguns estados, como o Rio de Janeiro, o imposto acaba elevando o preço final. Desta forma, ele faz parte do agravamento do problema.

Há pouca chance de o petróleo cair no mercado internacional. A política usada em inúmeros países é de automaticamente repassar a alta da cotação para o preço na bomba. O governo garantiu que não está pensando em intervir na política de preços da Petrobras, por isso só sobraram mesmo os impostos, e dentro deles o olho maior está sobre o ICMS, que é da conta dos estados e não do governo federal. Enfim, o problema continua e não será fácil resolver.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Estatuto da gafeira

Veja só. O artigo 3º, dos parágrafos 3º ao 7º, do novo Estatuto da Petrobras, aprovado em 26 de abril último, veda na prática que o governo federal interfira na política de preços da estatal. A única hipótese prevista na “Constituição” interna da Petrobras de o governo represar, como fazia no passado, o reajuste da gasolina e do diesel é arcando com a diferença.

Ou seja...

O Tesouro — eu, tu, eles — teria de subsidiar.

É bom ter carro flex

Ao contrário do preço da gasolina, o do etanol segue baixando. Na média nacional, caiu mais 1,79% esta semana, segundo a ANP. Acumula queda de 7,19% na comparação mensal e atingiu a menor paridade frente à gasolina desde novembro de 2015.

Só que...

Se o governo “zerar” a Cide, como propôs Rodrigo Maia, para baixar o preço da gasolina, essa relação de paridade com o álcool pode mudar.

A gasolina nas redes

Aliás, o preço da gasolina se tornou o tema central do debate econômico nas redes sociais no Brasil, segundo Marco Aurelio Ruediger, diretor da FGV/DAPP. Desde domingo, já são 134,2 mil tuítes sobre os combustíveis e a greve dos caminhoneiros.

Segue...

No debate, 24% fizeram referências a estatais, entre elas a Petrobras, além de menções associando a gasolina ao desemprego (20%), à carga tributária (11%), ao câmbio (10%) e à inflação (6%).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: A insanidade de se repetir o mesmo erro nos combustíveis

O Brasil tem extensa experiência na administração de preços de combustíveis, inexoravelmente dependentes do dólar, queiram ou não governantes, dada a ligação do petróleo e de toda a indústria com a moeda. Não é novidade que variações cambiais e da cotação internacional da matéria-prima podem se refletir nos postos de combustíveis e nos botijões de gás na forma de aumento ou redução de preços. Quando isso ocorre e encarece os produtos nas proximidades de eleições, o nervosismo entre os políticos é maior. E a tentação de intervir nos preços cresce. É o que costuma acontecer. Tudo já foi visto no Brasil neste campo. Na ditadura militar, havia a “conta petróleo”, nada transparente, em que débitos e créditos à Petrobras eram supostamente

registrados à medida que câmbio e cotações internacionais do barril oscilavam. Nunca se soube ao certo se a conta era mais superavitária ou deficitária.

Mas é muito provável que o contribuinte, representado pelo Tesouro, tenha arcado com prejuízos, como sempre. O rebuliço atual em torno dos aumentos dos combustíveis, causa de mais um movimento ilegal de caminhoneiros por estradas e cidades do país, se deve à aplicação de uma correta política de preços pela estatal, para acabar com qualquer subsídio ao consumidor. Prática usada de tal forma no governo lulopetista de Dilma Rousseff, para escamotear a inflação e servir de plataforma eleitoral à sua reeleição, que abriu um rombo de R\$ 40 bilhões nas finanças da estatal. Junto com os efeitos da corrupção, via superfaturamento de projetos de investimentos, a Petrobras, se fosse privada, teria sido levada a buscar recuperação judicial, para evitar a falência.

Como em grandes economias, os preços oscilam com a matéria-prima. Entre o início de maio e terça-feira, a gasolina subiu nas refinarias 15,5% e o diesel, 13,6%. Reclamações gerais. Porém é esquecido que eles também caem, quando câmbio e cotações mudam de sinal. O que foi anunciado ontem pela estatal, para vigorar hoje (redução de 2,08% na gasolina e de 1,54% no diesel). A reação de caminhoneiros vem da típica visão brasileira de um capitalismo de mão única, que só pode favorecer um lado, e, quando isso não acontece, pede-se a intervenção do Estado. Após reunião realizada ontem em Brasília com os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, e de **Minas e Energia, Moreira Franco**, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, anunciou que a política de preços continuará a mesma.

Que a palavra oficial seja mantida. O plano é usar impostos para compensar pressão de custos. A Cide, por exemplo, deixará de incidir sobre o diesel. É importante preservar o princípio da realidade tarifária. Não apenas para evitar a volta de subsídios ocultos — uma praga que acompanha o populismo —, mas para não impedir a modernização da Petrobras, num ciclo importante de venda de ativos, com o objetivo de se capitalizar e investir no pré-sal, por exemplo. Manter esta política é essencial para atrair interessados na BR distribuidora e investidores em refinarias, por exemplo. Não está em questão, portanto, apenas uma política de preços, mas o futuro da própria estatal.

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor: Cristiane Jungblut E Catarina Alencastro

Título: Temer joga a toalha

Presidente desiste da reeleição, lança Meirelles e se agarra ao que lhe resta de mandato

BRASÍLIA - Organizado para marcar o lançamento de um conjunto de propostas de governo ao país, batizado de “Encontro com o futuro”, o evento realizado pela Fundação Ulysses Guimarães transformou-se ontem no fim simbólico da carreira política do presidente Michel Temer nas urnas. Ao anunciar a pré-candidatura do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, o presidente abandonou o discurso de reeleição. Pressionado pela maioria do MDB, Temer decidiu agarrar-se aos últimos meses de governo, enquanto seus aliados negociam alianças eleitorais. Ao discursar ontem, Temer se referiu a Meirelles como “o melhor entre os melhores” para representar o partido nas eleições presidenciais de outubro. — Ficarei orgulhosíssimo se um dia Meirelles for proclamado, pelo voto popular, presidente do Brasil.

O Meirelles é o melhor entre os melhores. Por isso, tem condições de estar à frente do nosso partido e à frente da nossa campanha eleitoral. Chamamos você e chamamos para ser presidente do Brasil! — disse Temer. Presidente mais impopular da história, com atuais 7% de aprovação, Temer era considerado um fardo pela maioria dos integrantes do MDB que pretendem disputar as eleições. Sua saída de cena ajuda a adiantar negociações regionais e libera Meirelles para começar a construir uma possível chapa nacional. Presidente do MDB, o senador Romero Jucá, admitiu ontem ampla resistência do partido ao nome do presidente: — O presidente Temer foi conversando com as pessoas e se convencendo de que a candidatura do Meirelles é mais palatável.

IMPOPULARIDADE FORA DA CAMPANHA

Caciques de dois partidos, PRB e PP, já tiveram encontros com Meirelles nos últimos dias. As conversas devem ser ampliadas agora para outros partidos do centrão que exigiam a saída de Temer das negociações para iniciar uma aproximação com o MDB. Ao tomar a decisão de sair, Temer também levou em conta o fato de ser investigado em dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) que continuariam gerando notícias negativas. Há dez dias, como revelou O GLOBO, numa conversa reservada com Henrique Meirelles e alguns ministros, no Palácio da Alvorada, Temer não escondeu a angústia com o fim de sua carreira, mas afirmou que desistia da reeleição para “deixar de ser alvo”. — Essa decisão terá um custo pessoal muito grande — disse Temer a Meirelles, ao desistir da candidatura, segundo um dos presentes à conversa. Foi para isolar o potencial radioativo de Temer que Jucá e o próprio Meirelles trabalharam nas últimas semanas para tornar pública a desistência do presidente. A dupla não esconde o desejo de manter a impopularidade de Temer distante da campanha.

— Temer é o presidente e tem sete meses à frente do governo, onde existe muita coisa a ser feita — disse Meirelles, ao recusar incluir Temer na sua coordenação de campanha. Apesar de ter conseguido o apoio do presidente para lançar sua pré-candidatura, Meirelles terá um enorme desafio para

conseguir os votos necessários na convenção do partido em julho. O ex-ministro tem dito aos aliados que tem pesquisas que demonstram seu crescimento quando os entrevistados são expostos a vídeos que mostram sua biografia e suas realizações à frente do governo Temer e do governo do ex-presidente Lula. Meirelles afirma que dificilmente vai decolar nas pesquisas até julho, mas que quando o seu perfil for levado à propaganda eleitoral na TV, ele terá fortes condições de subir nas sondagens .

Meirelles também precisará convencer uma parcela do MDB que trabalha para que o partido não tenha candidato à Presidência. Liderada pelos senadores Renan Calheiros (AL), Roberto Requião (PR) e Eunício Oliveira (CE), essa corrente deseja ficar livre para fazer arranjos regionais. O anúncio da pré-candidatura de Meirelles foi criticado por Renan Calheiros: — O presidente da República, que tinha 1% nas pesquisas, anunciou a retirada da sua candidatura e colocou no seu lugar o ex-ministro da Fazenda, que levou o país a essa situação. Não acredito que o MDB homologue uma candidatura como essa, porque a candidatura do Meirelles vai rebaixar o MDB em todos os estados.

SÍNDROME DO PATO MANCO

A desistência de Temer contrariou os ministros mais próximos do presidente. O chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, defendiam que o presidente ganhasse mais tempo até desistir oficialmente da candidatura. Temer foi avisado pelos aliados, no entanto, que tudo já estava formatado para o lançamento da candidatura de Meirelles. A líder do PMDB no Senado, Simone Tebet (MS), que defendia abertamente a desistência, disse que prevaleceu o “bom senso”.

— O presidente Temer teve que fazer uma opção entre o núcleo duro e a maioria do partido. O governo vai se acabando pelo tempo, porque faltam sete meses, e não pelo fato de ele ser ou não candidato. Não adiantava postergar o que já era sabido por todo mundo. Agora, Temer terá de lutar para que seus sete meses de governo não minguem na síndrome do “pato manco”, a expressão usada na política norte-americana que define o político que continua no cargo, mas por algum motivo não pode disputar a reeleição e perde a expectativa de poder.

AGRADO AO ALIADO INDESEJADO - ‘O PRESIDENTE SERÁ CABO ELEITORAL POSITIVO’

Ciente de que foi anunciado pré-candidato do MDB ao Planalto porque o presidente Michel Temer não contava com qualquer apoio do partido, o ex-

ministro da Fazenda Henrique Meirelles saiu em socorro do aliado. Ontem no evento emedebista, disse que Temer, o presidente mais impopular da história segundo as pesquisas, será um bom cabo eleitoral na campanha. — O presidente certamente será um cabo eleitoral positivo porque ele está realizando. Os dados falam por si só — disse. O pré-candidato respondia a uma pergunta sobre o índice de rejeição do presidente e das denúncias apresentadas contra Temer pela Procuradoria-Geral da República. Nesse caso, Meirelles preferiu não entrar no mérito das pendências judiciais de Temer.

— Meu histórico é de uma reputação inquestionável. Isso vai prevalecer — disse Meirelles. Otimista, ele afirmou que sua meta não é fixar um aumento imediato nas pesquisas de intenção de voto e sim vencer a eleição. E que se não conseguir obter ainda no primeiro turno o apoio do chamado centrão, que hoje está unido em torno da pré-candidatura do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o fará no segundo turno. — O povo sabe escolher e não quer voltar a aventuras populistas — disse ele.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Acordo às pressas

Protestos de caminhoneiros avançam, e governo aumentará impostos para reduzir preço do diesel

-Brasília, Rio e São Paulo- Diante do risco de uma crise de desabastecimento no país, provocada pela paralisação dos caminhoneiros contra o aumento do diesel, o governo costurou às pressas com o Congresso um acordo para reduzir a carga tributária sobre o combustível. A equipe econômica aceitou reduzir a zero a incidência da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre o diesel, uma renúncia fiscal de R\$ 2,5 bilhões por ano. No entanto, condicionou o benefício (que representa apenas R\$ 0,05 do preço do litro) à aprovação, pelo Legislativo, do projeto de lei que acaba com a desoneração da folha de pagamento de diversos setores.

O texto está parado no Congresso e foi desidratado pelos parlamentares, mas o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, não só quer que ele seja aprovado, como também que o Congresso aumente a carga tributária do setor produtivo. Originalmente, a reoneração foi feita para 53 de um total de 56 setores. Mas Guardia anunciou que a proposta precisa prever que todos os segmentos, sem exceção, sejam onerados a partir de 2021. Na prática, para reduzir um único tributo com impacto restrito no preço do diesel, o governo fez acordo para

acelerar a votação de um projeto que aumenta impostos de 53 setores da economia este ano, até chegar a 56 em 2021.

A política de desoneração da folha começou em 2011 com o objetivo de estimular a geração de empregos e melhorar a competitividade das empresas. O benefício se dá por meio da substituição da cobrança de uma contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento das empresas, por um percentual sobre o faturamento. A alíquota varia de 1% a 4,5%, dependendo do setor. O que o governo quer é fazer com que as empresas passem a pagar o tributo sobre a folha.

— Uma vez aprovado o projeto de reoneração da folha, será editado um decreto para acabar com a Cide incidente sobre o diesel — disse Guardia, anunciando em seguida medidas mais duras para os empregadores, sob a alegação de que a margem de manobra é pequena.

CAMINHONEIROS DIZEM QUE VÃO MANTER GREVE

O ministro não descartou que novas medidas sejam adotadas e fez um apelo aos caminhoneiros: — Gostaríamos de fazer um apelo a essa categoria para que retorne às suas atividades normais. Se isso persistir pode trazer danos à população. A paralisação do transporte de cargas terá inúmeros problemas. O governo está atento e sensível a esse problema. Estávamos desde a semana passada trabalhando e discutindo alternativas.

Ontem, foram registrados bloqueios em até 24 estados, além do Distrito Federal. Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, a categoria quer mudanças em outros tributos além da Cide, e a greve deve continuar.

— O governo está falando que vai tirar a Cide. Isso para nós não interessa. Tem que tirar também PIS/Cofins — disse, alertando para o risco de bloqueio a cargas com alimentos perecíveis.

Inicialmente, a ideia defendida por ministros do entorno do presidente Michel Temer era mexer na política de reajuste da Petrobras de forma a dar "previsibilidade" aos preços. Mas, diante da postura do presidente da estatal, Pedro Parente, de não aceitar interferência política na sua gestão, Guardia teve de negociar o fim da Cide sobre o diesel. Convidado a participar de reunião em Brasília para discutir o assunto, Parente deixou o Ministério da Fazenda reiterando que a política da empresa não muda.

Ontem, a Petrobras reduziu o preço do diesel em 1,54% para R\$ 2,3351 e o da gasolina em 2,08% para R\$ 2,0433. Segundo Parente, a mudança foi resultado

da queda do dólar, uma das variáveis que a empresa acompanha em sua política de preços, além do barril de petróleo.

As discussões estavam sendo coordenadas pelo Planalto com integrantes da equipe econômica e ministros políticos, mas o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, saiu na frente e anunciou que a Cide sobre o diesel seria zerada, num vídeo divulgado na sua conta no Twitter. Nele, Maia aparecia ao lado do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE) e de líderes do governo. Os dois marcaram uma sessão conjunta com objetivo de discutir uma solução para o aumento dos combustíveis na próxima quarta-feira.

MEDIDA TERIA EFEITO SIMBÓLICO, DIZ ANALISTA

A iniciativa de Maia, que é pré-candidato à Presidência do DEM, foi interpretada como um atropelo pelo Planalto. Contudo, interlocutores minimizaram o problema, alegando que o projeto da reoneração da folha sairá da geladeira. A medida, que faz parte do pacote de ajuste fiscal, permite uma receita extra de, pelo menos, R\$ 6 bilhões por ano, sendo R\$ 3 bilhões em 2018.

Para aprovar a proposta, o governo desistiu da medida provisória (MP) 814, que facilita a venda das distribuidoras da Eletrobrás do Norte e Nordeste, uma das fases da privatização da companhia. O presidente da Câmara afirmou que o Congresso deve aprovar até a próxima semana o projeto de lei da reoneração da folha de pagamento das empresas.

Maia queria que o governo também concordasse com uma redução do PIS/Cofins sobre o diesel, mas a área econômica ainda resiste. Ele acrescentou que o governo precisou agir porque o Planalto está preocupado com a greve dos caminhoneiros — que estão fazendo paralisações por causa da alta dos preços do frete por causa do diesel — e com o impacto dos combustíveis no bolso dos brasileiros.

O movimento da categoria já trouxe impactos na operação do aeroporto de Brasília, que precisou impor um sistema de racionamento no fornecimento de querosene de aviação. Segundo a concessionária Inframérica, o combustível já estava na reserva e seria suficiente para abastecer as aeronaves somente até ontem. A empresa alertou que se a situação não for regularizada, voos serão cancelados e que os passageiros devem buscar orientação nas companhias aéreas. O problema está acontecendo porque os caminhões carregados estão paradas no Entorno do Distrito Federal (em Luziânia).

Zerada em 2012, a Cide voltou a incidir no primeiro ano do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, junto com o aumento de outros impostos. A contribuição representa R\$ 0,10 sobre o litro da gasolina e R\$ 0,05 do diesel.

Segundo Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o impacto do fim da contribuição será pequeno para os consumidores. Para ele, a medida tem mais efeito simbólico.

— Mostra que o governo está preocupado com o aumento do combustível, tomando medidas, soluções, mecanismos para reduzir o peso para os consumidores — disse Pires.

Em outra frente, as autoridades começam a buscar outras formas de baratear o combustível. Uma saída poderia ser promover a concorrência no setor de distribuição. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), existem 151 distribuidoras no país. No entanto, apenas três controlam quase a metade dos postos no Brasil.

Uma regra criada pela própria ANP impede que um posto que expõe a marca da distribuidora compre de outro fornecedor que ofereça momentaneamente o produto num preço melhor. E, no 7º maior consumidor de derivados de petróleo do mundo, apenas 42,5% dos postos optam pela liberdade de não ter bandeiras.

DESBLOQUEIO DE R\$ 2 BI DO ORÇAMENTO

Ontem, o governo avaliou que terá um reforço nas receitas com leilões de petróleo e, por isso, decidiu liberar R\$ 2 bilhões que estavam bloqueados no Orçamento de 2018. A equipe econômica entendeu, contudo, que ainda há riscos fiscais que ameaçam as contas públicas e manteve um bloqueio de R\$ 9,1 bilhões. Entre as incertezas estão a derrubada dos vetos ao Refis do Simples Nacional, cujo impacto só será conhecido em agosto, quando acabar o período de adesão. (Geralda Doca, Eliane Oliveira Cristiane Jungblut, Gabriela Valente, Bárbara Nascimento, Bruno Rosa e Ronaldo D'Ercole)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Greve de caminhoneiro já prejudica transporte e setor de alimentos

Firjan alerta para risco de desabastecimento no Estado do Rio

-São Paulo- O segundo dia de paralisação dos caminhoneiros já prejudica empresas e os setores de transportes e alimentos. No Rio, segundo a Fetranspor, que reúne as empresas de transportes, a greve afeta o abastecimento das empresas de ônibus, que costumam renovar os estoques diariamente. Por isso, diz a federação, há viagens com operações limitadas, e foi

adotado racionamento de combustível. A federação disse, ainda, que, se as manifestações não forem encerradas, há o risco de paralisação de todas as empresas.

Nesse cenário, a Secretaria Municipal de Transportes divulgou comunicado pedindo que as pessoas deem preferência hoje a trens, metrô e VLT nos deslocamentos.

Em função da redução da frota de ônibus em circulação, o MetrôRio anunciou que vai reforçar as equipes em suas 41 estações.

Em nota, a Firjan manifestou sua preocupação e advertiu para o risco de desabastecimento. Para a federação, a situação é ainda mais grave no caso da indústria fluminense, já que "a crise econômica levou as empresas a trabalharem com estoques muito reduzidos e qualquer paralisação no transporte leva rapidamente ao desabastecimento"!

A entidade destaca ainda que o transporte de carga no Rio já enfrenta dificuldades com a maior concentração no país de ocorrências de roubo de carga.

E mais profissionais aderiram ao movimento, que ontem chegou a bloquear vias de 24 estados mais o Distrito Federal, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). De acordo com a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) a adesão chegou a 300 mil profissionais.

E não é só o Rio que sente os efeitos da adesão maior. O aeroporto de Brasília é um dos que podem ficar sem combustível (querosene de aviação) por causa da paralisação.

A General Motors informou que os bloqueios comprometem o fluxo de distribuição de componentes (autopeças) em suas unidades, onde a produção foi paralisada.

CARGAS VIVAS SENDO BARRADAS

A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) também relatou problema.

— Todo o nosso setor de matérias-primas vivas (boi, suíno, aves), e leite e o abastecimento em geral está sendo muito afetado. Estamos recebendo inúmeras queixas de caminhões transportando nossos produtos que são perecíveis e estão parados em várias regiões do país — disse o presidente executivo da Abrafrigo, Péricles Salazar, acrescentando.

No início da noite, a Aurora Alimentos informou que vai paralisar totalmente as atividades das suas unidades de processamento de aves e suínos em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul (inicialmente), na quinta e sexta-feira, por causa da greve que, diz a empresa, impede a passagem dos insumos e também o "escoamento dos produtos acabados para os portos e centros de consumo"

A paralisação também afeta a movimentação nos portos. As assessorias de imprensa dos portos de Paranaguá e Santos, os principais canais de exportação da safra agrícola do Brasil, informaram à Reuters que há manifestações nas entradas de ambos os terminais, e por isso muitos caminhões nem estão se dirigindo a estes terminais. (Ronaldo D'Ercole)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Congresso desiste de votar venda de 6 distribuidoras da Eletrobrás

Sem aprovação de MP, estatal pode arcar com uma conta de R\$ 16,6 bi

-Brasília- O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou ontem que a medida provisória (MP) que trata da privatização das seis distribuidoras de energia da Eletrobrás, localizadas no Norte e Nordeste do país, e de diversas mudanças no setor elétrico não será votada pelo Congresso. A MP 814 foi editada no fim do ano passado, na tentativa acelerar a venda dessas empresas, etapa considerada essencial para a privatização da Eletrobrás. Sem ela, a estatal pode ter de arcar com R\$ 16,6 bilhões para liquidar essas distribuidoras, segundo cálculos do BNDES. Isso porque, em assembleia, os acionistas da Eletrobrás definiram que a empresa ficará à frente da operação dessas distribuidoras até 31 de julho deste ano.

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, classificou como "dramática" a queda da MP. Ele diz que, além do custo de liquidação, a estatal terá de assumir automaticamente dívidas de R\$ 8 bilhões relativas a problemas operacionais dessas empresas deficitárias. Além disso, ele diz que a negociação sobre uma dívida de cerca de R\$ 20 bilhões da Eletrobrás com a Petrobras referente à compra de combustível para geração de energia também ficará comprometida sem a MP.

— É dramático para o processo. Nós ficamos com os débitos — disse Ferreira ao GLOBO.

Com o pouco tempo para organizar o leilão — cujo edital ainda precisa de aval do Tribunal de Contas da União (TCU) —, o governo já avalia aumentar o prazo para evitar a liquidação das distribuidoras, altamente endividadas e com problemas operacionais.

GOVERNO ENVIARÁ PROJETO

A privatização de todo o grupo Eletrobrás é discutida em um projeto de lei, que segue em análise na Câmara. Apesar de a MP 814 não alterar o processo, ela pode inviabilizar a privatização em 2018, uma vez que as distribuidoras pesam no balanço.

Segundo Maia, o governo enviará um projeto de lei sobre o tema da medida provisória, só que a tramitação deve levar mais tempo. Ele disse que a decisão de não votar a MP foi tomada após uma reunião com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE).

— A nossa decisão, por falta de tempo no Senado, é que nós não voltaremos à MP 814, e o governo vai mandar um projeto de lei para tratar das distribuidoras — disse Maia.

A decisão de não votar a MP também foi influenciada pela nova prioridade do governo: a redução dos preços dos combustíveis. A votação da MP poderia se arrastar por dias, enquanto a Câmara precisa aprovar o projeto de lei que trata da reoneração da folha de pagamento das empresas para compensar a perda na arrecadação federal com a redução da Cide sobre o diesel.

O objetivo da medida provisória era viabilizar a privatização das distribuidoras de energia da Eletrobrás que operam em Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí. A estatal decidiu vender essas empresas em 2016. Para conseguir investidores interessados nas concessionárias, a Eletrobrás já aceitou assumir dívidas de R\$ 11,24 bilhões, no caso da venda.

Por conta das dívidas e da necessidade de altos investimentos, o edital prevê que essas distribuidoras sejam vendidas por R\$ 50 mil. Entretanto, os novos concessionários terão de investir R\$ 2,4 bilhões.

RELATÓRIO INCLUIU MUDANÇAS

O relatório do deputado Júlio Lopes (PP-RJ) sobre a MP teve tramitação difícil na Câmara até ser aprovado em uma comissão porque chegou a incluir uma série de alterações nas regras do setor elétrico que geraram críticas de parlamentares da oposição e da base aliada, além de entidades da área e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O texto do deputado permitia, por exemplo, a ampliação da tarifa social (para consumidores de baixa renda) e o aumento da tarifa de Angra 3 e do preço do gás fornecido pela Petrobras para as termelétricas contratadas na época do racionamento, em 2001. Todas medidas que teriam impacto na conta de luz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Alexandre Schwartzman

Título: As (más) ideias imortais

Discussão sobre combustíveis é reveladora da fragilidade do ambiente institucional

Enquanto escrevo, caminhoneiros protestam contra o aumento do diesel, poucos dias depois de o **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, afirmar que o governo quer discutir a política de preços dos combustíveis.

Segundo o ministro, “está subindo demais”, aventando a possibilidade de reavaliação dos impostos, além da política de preços da Petrobras. São ambas péssimas ideias, embora possam, como é, infelizmente, comum no Brasil, prosperar ambas.

A origem da questão é o aumento dos preços internacionais de petróleo e derivados. O barril de Brent subiu de US\$ 45 para perto de US\$ 80 de meados do ano passado para cá, na esteira de problemas geopolíticos (a crise com o Irã), bem como o colapso da produção na Venezuela. A ele se soma a valorização global do dólar, cujas repercussões domésticas analisamos na semana passada.

Nesse contexto, deveria a Petrobras ignorar o ocorrido e manter os preços de derivados isolados dos mercados internacionais? A resposta é um sonoro não, por pelo menos dois motivos.

Do ponto de vista da empresa, essa política seria ruinosa. Não se trata de especulação, mas simples observação dos efeitos destrutivos dessa mesma posição adotada durante o governo anterior para evitar aceleração ainda maior da inflação. Foram anos de perdas multibilionárias para a empresa, R\$ 81 bilhões (a preços de 2017), acumuladas entre 2014 e 2016, que contribuíram para transformá-la na empresa de petróleo mais endividada do mundo.

Já do ponto de vista de funcionamento de mercados, há problemas com esse tipo de política. Preços mais elevados de uma mercadoria sinalizam a necessidade de reduzir seu consumo em nome da eficiência econômica. Quando

se impede o funcionamento dessa sinalização, o consumo não cede e precisamos entregar mais mercadorias em troca daquela, mercadorias que poderiam ser destinadas à aquisição de produtos que entregassem o mesmo bem-estar, ou ainda mais.

Note-se que essa mesma crítica se aplica a medidas de redução da carga tributária sobre combustíveis fósseis, pois interferem com a reação de mercado. Sim, há sempre a possibilidade de argumentar que a tributação em si já afeta o funcionamento do mercado, mas noto que:

a) há consequências negativas no uso de combustíveis fósseis (poluição, por exemplo) que não são integralmente capturadas nos preços, justificando em alguns casos a tributação; e b) uma coisa é discutir o nível correto da tributação de combustíveis, outra, bastante distinta, é alterar impostos para mascarar a flutuação de preços sem maiores ponderações sobre seus efeitos colaterais.

Por fim, muito embora os R\$ 5,7 bilhões/ano arrecadados pela Cide representem parcela irrisória (cerca de 0,5%) da receita do governo federal, o quadro fiscal é grave o suficiente para não justificar medidas de renúncia tributária, ainda mais no caso da gasolina, que beneficiaria desproporcionalmente a parcela mais rica da população.

Mesmo que essas propostas não se concretizem, essa discussão é reveladora da fragilidade do ambiente institucional brasileiro.

Regras existem precisamente para dar previsibilidade, e não apenas econômica, para quem vive em sociedade. Se formos discutir mudança de regras em reação a cada evento que nos contrarie, não é difícil concluir que o quadro institucional não é estável.

E ainda há quem procure a razão do baixo investimento no país...

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: Esmola eleitoreira com a gasolina

Governo e Congresso jogam dinheiro fora para conseguir desconto de no máximo R\$ 0,07

Sete centavos. É quanto pode baixar o preço da gasolina caso seja repassada para o consumidor a zeragem da Cide, imposto sobre combustíveis. Hum.

Esse desconto deve ser diluído na cadeia de distribuição. Se não sumir por aí, bastam uns três reajustes da Petrobras para que esses centavos escorram pelo ralo.

Mas essa foi a promessa dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB), combinada com Michel Temer.

Zerando a Cide, o governo federal vai perder cerca de R\$ 4,1 bilhões em receita de impostos, em um ano. Estados e municípios, R\$ 1,7 bilhão. É o custo do populismo de Maia e amigos do governo, todos candidatos a ter 1% nas pesquisas.

Gasolina tributada

Em São Paulo, onde o preço da gasolina é menos salgado, o litro custava em média R\$ 3,95 no começo de maio, segundo a ANP. Cerca de 34% desse valor é imposto indireto (PIS/Cofins, Cide e ICMS), o equivalente a R\$ 1,34.

No Rio, onde a gasolina é cara, o litro saía por R\$ 4,70, em média, com 42% de imposto indireto, o equivalente a R\$ 1,97. Por falar no assunto, o imposto sobre a gasolina é maior nos estados mais falidos: Rio, Minas e Rio Grande do Sul.

Em julho do ano passado, o governo federal, na pindaíba, aumentou o PIS/Cofins sobre a gasolina. Passou a cobrar mais R\$ 0,33 por litro de gasolina misturada a etanol. Desde então, a margem ("lucro") das empresas distribuidoras de combustíveis diminuiu um pouco. O R\$ 0,07 de Maia e Oliveira pode alegrar essas empresas.

Sim, o preço da gasolina da Petrobras é alto, dada nossa relativa pobreza de país de renda média que paga de resto imposto "europeu" sobre combustíveis. Mas está mais ou menos em linha com os do mercado mundial, uns 10% abaixo, no cálculo de alguns especialistas.

Bulir com preços tem efeito em geral ruim. Alguém paga o favor e, enfim, é uma distorção econômica estimular o consumo de um bem que está caro, passando a conta para alguém.

A Petrobras pagou essa conta, sob Dilma Rousseff, e foi à ruína, o que agravou a recessão. O governo pode pagar a conta, via subsídios disfarçado, baixando impostos (privilegiando quem tem carro). Como o governo está quebrado, vai ter de cortar mais gasto ou fazer mais dívida.

Sim, a Cide é um imposto regulatório, que servia justamente para atenuar os reajustes por um tempo. Quando o preço da Petrobras subia, baixava-se o imposto, e vice-versa.

A petroleira poderia assim cobrar preço de mercado; o governo absorvia as variações, por um tempo. A Cide era uma espécie de fundo regulador de preços.

Dentro de certos limites de variações de preços mundiais, era possível estabilizar o custo para o consumidor, evitar choques, um paliativo conveniente para uma economia torta como a do Brasil. Mas, se o preço mundial mudasse muito por muito tempo, era preciso repassar a variação, para cima ou para baixo. Dilma zerou a Cide e acabou com o atenuante; Temer a imita.

É possível fazer algo mais? Os impostos federais sobre combustíveis são um valor fixo por litro (por exemplo, R\$ 0,65 por litro de gasolina com etanol). O ICMS, estadual é uma porcentagem, método de cobrança que amplifica a variação dos preços. Mas, caso os estados aceitassem a mudança, fixariam o valor do imposto pelo teto.

Mexer em preço é ruim. Saídas, só de médio prazo. A concorrência de energia mais limpa pode ajudar (mesmo o etanol), temos de usar menos carro, os veículos têm de ser mais eficientes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Sem acordo fechado, a greve dos caminhoneiros segue

Fazenda apenas diz que zera Cide se Congresso aprovar reoneração da folha

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, anunciou, nesta terça-feira (22), que o governo vai zera a cobrança da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre o diesel depois que o Congresso aprovar a reoneração da folha de pagamento.

“Hoje fechamos um acordo com os presidentes da Câmara e do Senado”, disse Guardia. “Uma vez aprovada a reoneração, nós iremos, em seguida, sair com o decreto zerando a Cide incidente sobre o diesel.

Logo após o anúncio, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que pretende colocar o projeto em votação na próxima semana. Pelo acordo, os setores que permanecerem só terão os benefícios até o final de 2020.

A equipe econômica estima uma perda de R\$ 2,5 bilhões com a Cide e um ganho de R\$ 3 bilhões com a reoneração.

A medida é uma reação à insatisfação de caminhoneiros, que protestam em ao menos 24 estados e no Distrito Federal comprometendo a movimentação de cargas.

Além da isenção da Cide, os caminhoneiros pedem mudanças na política de reajuste dos combustíveis da Petrobras, com a redução da carga tributária para o diesel.

Eles têm protestado com interdições parciais ou totais de pistas e até queima de pneus. Na maior parte dos casos, apenas caminhões estão sendo proibidos de trafegar.

A informação de que a Cide pode ser zerada não animou os integrantes da paralisação. “A adesão tem aumentado e amanhã [quarta] vai piorar. Infelizmente. Tivemos a informação de que querem tirar a Cide, sem negociar com a gente. Ela é 10%, não vai ajudar, tem de tirar tudo [impostos]”, disse à Folha José da Fonseca Lopes, presidente da Abcam.

De acordo com ele, o fato de o movimento não ter sido chamado para sentar com o governo preocupa porque “nas pontas [nas rodovias] as coisas estão ficando difíceis”.

“[Os manifestantes] Estão achando que o governo está fazendo pouco caso e que o movimento não vai levar a nada. Se amanhã pegar no breu, vai parar tudo, vai parar os cinco dias. Não é isso que nós queremos. Mas é o que o governo está tentando. A não ser que queira fazer isso para justificar que ele não fez [algo], que nós os obrigamos a fazer

Como o presidente Michel Temer decidiu que não haverá intervenção estatal sobre a política de preços da Petrobras, a única alternativa para a equipe econômica foi mexer na Cide e buscar formas de compensar a perda de receita para a União.

Apesar de o impacto para a União ser grande, para o consumidor será pequeno. Em São Paulo, vai gerar uma redução em torno de 1,6%, o equivalente a R\$ 0,06 por litro. Nos outros estados, essa redução vai variar de acordo com a alíquota de ICMS.

Ao retirar a Cide do preço do combustível, haverá uma redução da base de cálculo de outros tributos, principalmente o ICMS, que sozinho responde por 14% do preço do diesel nas bombas.

“O diesel, que move caminhões e transportes coletivos, é o que teve a maior alta dentre os combustíveis”, disse à Folha **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**.

Em um mês, o preço médio do litro do diesel no país subiu 4,9%, passando de R\$ 3,42 para R\$ 3,59. No mesmo período, a gasolina teve aumento de 1,64% passando de R\$ 4,21 para R\$4,28.

A resposta do governo começou a ser definida no final de semana. Segundo Guardia, houve reuniões de emergência que se estenderam até a tarde desta terça-feira.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, também foi chamado a Brasília. Isso levou a especulações de que o governo voltaria a intervir na política de preços da estatal como fez a ex-presidente Dilma Rousseff. A reação do mercado foi imediata e ações da Petrobras começaram a cair. A mudança foi descartada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petróleo vai continuar em alta, diz especialista

Consumo atual é maior do que a produção, o que reduz estoques e pressiona a cotação, afirma pesquisador dos EUA

O mercado global de petróleo continua pressionado, e as cotações subirão ainda mais neste ano, ampliando a pressão de consumidores por ações governamentais para conter os preços dos combustíveis.

A avaliação é do pesquisador Mikkal Herberg, especialista em petróleo que dirige a área de pesquisa sobre energia da Agência Nacional de Pesquisa sobre a Ásia, baseada em Seattle, nos EUA.

“Os preços ainda serão pressionados para cima”, diz ele, prevendo que até o fim do ano a marca dos US\$ 85 por barril será atingida. Nesta terça (22), o petróleo do tipo Brent era cotado na faixa de US\$ 80.

A escalada recente das cotações é responsável pela alta nos preços dos combustíveis no Brasil, que vem gerando reações no governo e temor de intervenção na política comercial da Petrobras.

Nos EUA, o preço da gasolina aumentou 22% no último, o que também começa a gerar insatisfação junto aos consumidores às vésperas da chamada “driving season” — temporada de férias de verão, quando o consumo do combustível aumenta.

A alta do diesel em um ano é de 29%, segundo a Agência de Informações em Energia (EIA, na sigla em inglês).

Herberg diz que, atualmente, o consumo mundial está na casa de 99,3 milhões de barris por dia, enquanto a produção se situa próxima dos 98 milhões de barris, o que tem consumido estoques mundiais e pressionado os preços.

O balanço continuará desfavorável no curto prazo, diz, citando fatores como os riscos geopolíticos, principalmente no Oriente Médio, as sanções ao Irã e a queda na produção venezuelana.

Além disso, há restrições para o aumento da produção na maior bacia dos EUA, na região oeste do Texas, devido a gargalos de infraestrutura.

Herberg estima que a crise da Venezuela e possíveis cortes nas exportações iranianas podem tirar entre 1,2 milhão e 2 milhões de barris por dia do mercado, ampliando a diferença entre oferta e demanda.

Diz que, dependendo do ritmo de queda da produção venezuelana, as cotações internacionais podem chegar até os US\$90 por barril, com potencial para intervenções no mercado por países detentores de reservas estratégicas.

Na segunda (21), o diretor da Agência Internacional de Energia, Keisuke Samagori, disse à agência S&P Platts que a entidade estaria “pronta para agir” para manter o mercado abastecido.

“Não me surpreenderia se Donald Trump decidisse mexer nas reservas estratégicas do país para baixar o preço.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Marcelo Toledo, Natália Portinari e Raquel Landim

Título: Paralisação já causa desabastecimento em alguns setores

Movimento ganha força e afeta entregas de aves, suínos, autopeças, veículos e combustíveis em vários estados

O Segundo dia de greve dos caminhoneiros autônomos afetou o abastecimento em alguns setores, como o automotivo, o de carnes e o de combustíveis.

Foi registrada uma morte, no Paraná. Um homem foi atropelado acidentalmente na BR-376, em Paranavaí, durante um bloqueio. O nome da vítima não foi revelado.

Cinco plantas ligadas à avicultura e suinocultura em Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Sul tiveram de suspender operações.

O cenário piora esta quarta (23), se a greve for mantida, diz a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal). Ao menos 20 unidades não terão como operar, afetando o abastecimento no país e as exportações.

“O impacto até aqui é muito mais relevante do que das outras vezes [em que caminhoneiros pararam]”, afirmou Ricardo Santin, vice-presidente e diretor de mercados da ABPA, que representa mais de 140 agroindústrias e entidades vinculadas à avicultura e à suinocultura.

Para o presidente-executivo da Abrafrigo (Associação Brasileira de Frigoríficos), Péricles Salazar, todo o setor de animais vivos, de leite e o abastecimento em geral estão sendo muito afetados: “Se isso perdurar por mais 24, 48 horas, a situação fica dramática.” Segundo Salazar, há relatos de caminhões com bovinos parados nas rodovias.

A Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) informou que o fluxo da commodity para os portos sofreu redução. A Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) diz haver impacto no fluxo de caminhões e o recebimento das cargas em portos.

Já há dificuldade para a produção de veículos. Quatro fábricas já têm linhas suspensas: Gravataí (RS) e São Caetano do Sul (SP), da General Motors; Camaçari (BA) e Taubaté (SP), ambas da Ford.

Nas três primeiras, faltam peças, enquanto Taubaté parou porque produz motores e transmissões para Camaçari.

Se a greve persistir, a Volkswagen, em Taubaté, também pode suspender operações. “Se essa situação não for resolvida até o fim desta semana, teremos um problema setorial grave”, disse Antonio Megale, presidente da Anfavea (associação das montadoras).

A Inframerica, administradora do aeroporto de Brasília, informou que os caminhões com combustíveis para os aviões “enfrentam dificuldades para chegar ao aeroporto e que passageiros devem buscar as companhias aéreas para ter mais informações.

Os portos de Santos e Paranaguá (PR) informaram, via assessorias, que o fluxo de veículos está reduzido. No porto paranaense, só 300 caminhões deram entrada nesta segunda, ante os cerca de 2.000 desta época do ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Mobilização alcança 24 estados e amplia pontos de interdições

Nesta terça-feira (22), segundo dia de paralisação, o movimento apresentou crescimento. No Paraná, por exemplo, o total de pontos de bloqueio passou de 20 para 36, de acordo com a PRF (Polícia Rodoviária Federal). Em outros 9 pontos os protestos já tinham encerrado.

Em São Paulo, paralisações ocorreram em locais como as rodovias Régis Bittencourt, Anhanguera, Brigadeiro Faria Lima, Marechal Rondon e Dutra. Ao menos 20 municípios do interior tiveram manifestações, entre eles Piracicaba, Santos, Bauru e Bebedouro.

Já em Minas Gerais, os protestos ocorreram em pelo menos 20 pontos de rodovias, 5 a mais que no dia anterior. Entre os locais afetados estão a Fernão Dias, na região metropolitana de Belo Horizonte.

No Rio de Janeiro, um trecho da Dutra foi interditado no sentido São Paulo-Rio e caminhões pararam no acostamento no sentido inverso. Houve manifestação na BR-101.

Goiás teve ao menos sete pontos de manifestação, em cidades como Aparecida de Goiânia, Catalão e Rio Verde.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vera Rosa Igor Gadelha Julia Lindner / BRASÍLIA

Título: Temer lança Meirelles; MDB se divide

Presidente confirma que não vai disputar reeleição e diz que opositores da pré-candidatura do ex-ministro à Presidência deveriam sair da sigla

O presidente Michel Temer anunciou ontem a desistência de concorrer a novo mandato e lançou a pré-candidatura do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles (MDB) ao Palácio do Planalto. A uma plateia que não escondeu o racha do MDB, Temer pregou a união e disse que quem não concordar em assumir a campanha do - da equipe econômica deve deixar a sigla. Na tentativa de tirar a candidatura do papel, a cúpula do MDB reforçará as articulações para obter apoio de partidos que integram o chamado centrão.

Na lista, estão legendas que hoje dão aval ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como o PP e o Solidariedade. Até agora, porém, as conversas não avançaram. "Digo, sem medo de errar: o Meirelles é o melhor entre os melhores. Por isso, tem todas as condições de estar não só à frente do partido, mas à frente da nossa campanha eleitoral", afirmou Temer, em ato político na Fundação Ulysses Guimarães, onde o MDB também lançou o documento "Encontro com o Futuro", com diretrizes para o programa de governo.

"Ficarei orgulhosíssimo se um dia Meirelles for proclamado, pelo voto popular, presidente da República Federativa do Brasil." A candidatura do ex-ministro, porém, ainda terá de passar pelo crivo da convenção nacional do MDB, em julho, e, se não decolar, pode ser retirada. O presidente do MDB, senador Romero Jucá (RR), admitiu que Meirelles – hoje com menos de 1% das intenções de voto nas pesquisas eleitorais – tem prazo de 60 dias para crescer. Impopular, Temer não participará ativamente da campanha nem subirá no palanque dos correligionários.

Na noite de ontem, ele se reuniu com Meirelles, Jucá e os **ministros Moreira Franco (Minas e Energia)** e Eliseu Padilha (Casa Civil), além de dirigentes da Fundação Ulysses Guimarães, no Palácio da Alvorada, para traçar estratégias eleitorais. Em conversas reservadas, pré-candidatos do MDB nos Estados observam que seria um "suicídio político" colar suas imagens à rejeição de Temer. "Ele vai governar e colaborar da forma que puder. Não tem receita pronta", desconversou Jucá.

"O presidente tem sete meses de governo pela frente. Há muita coisa a ser feita e ele estará totalmente dedicado a isso", emendou Meirelles. Pelo menos nove diretórios do MDB – entre os quais Alagoas, Ceará, Paraná e Santa Catarina – são contra a candidatura do ex-titular da Fazenda. Querem que o partido os libere para que possam fazer coligações regionais com outras legendas, como o PT, principalmente no Nordeste. Temer reconheceu o racha no MDB, mas pediu unidade e disse esperar que Meirelles seja o único concorrente no bloco de centro, possibilidade considerada remota até por aliados.

"Pode haver divergência, que será resolvida pela convenção. Mas dizer "Ah, eu não apoio o Meirelles..." Então, que saia do partido!", afirmou ele, enquadrando

os dissidentes. Sem empolgação. O anúncio de Meirelles não empolgou a plateia. Os aplausos eram tão escassos que Temer chegou a pedir mais "animação". "Temos de animar um pouco o auditório", conclamou. Contrários à candidatura, o presidente do Senado, Eunício de Oliveira (CE), e seus colegas Renan Calheiros (AL) e Roberto Requião (PR) não compareceram à reunião do MDB.

Na semana passada, Requião ameaçou até mesmo "bater chapa" com Meirelles na convenção. Temer e Meirelles chegaram juntos ao evento. Logo na entrada, um imenso banner mostrava a dupla sorridente, ao lado do slogan "Nossa união nos fortalece". No telão, frases contidas no documento "Encontro com o Futuro", com tópicos de uma agenda de reformas, eram exibidas a todo momento. O ato custou cerca de R\$ 42 mil ao MDB. Sem citar as denúncias das quais tem sido alvo, o presidente disse ser vítima de "inverdades".

Sustentou que, mesmo com toda a crise, o MDB tem o dever de lançar candidato e defender o governo. Na tentativa de driblar comentários de que, sem perspectiva de poder, seu governo já acabou – argumento que o fez adiar por alguns dias a desistência da candidatura –, Temer repetiu que ainda há muito por fazer. E, dirigindo-se a Meirelles, tentou animá-lo: "Se produzirmos um terço do que produzimos nesses dois anos, você vai pegar o País com uma tranquilidade absoluta." / COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: SBM retoma acordo de leniência com governo

Coluna do Estadão

ASBM Offshore reabriu as conversas com a Advocacia- Geral da União para oficializar um acordo de leniência. Operadora de plataformas para exploração de petróleo, a empresa holandesa admitiu ter pago milhões em propina para conseguir contratos com a Petrobrás. Executivos e advogados se reuniram ontem com a chefe da AGU, Grace Mendonça, quando pediram para retomar as negociações, suspensas em dezembro. O acordo para que a firma devolva aos cofres públicos R\$ 1,2 bilhão estava quase fechado, mas foi suspenso por divergências.

» Demorou, dançou. A leniência com a SBM Offshore era para ser a primeira fechada entre CGU, AGU e MPF, com aval do TCU. Mas por causa da interrupção, a empresa holandesa terá de esperar na fila. As tratativas com a Odebrecht pularam na frente e estão bem avançadas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Governo vai zerar Cide para reduzir preço do diesel, mas protestos devem continuar**

Acerto. Acordo entre governo e Congresso prevê imposto menor no diesel, para baixar o preço, em troca da aprovação do projeto de reoneração da folha de pagamentos, para compensar a perda de receitas; caminhoneiros, porém, dizem que isso não resolve problema

Em meio aos protestos de caminhoneiros que paralisaram estradas em todo o País, o governo anunciou ontem um acordo com o Congresso para baixar o preço do óleo diesel. A solução apresentada foi zerar a cobrança da Cide (uma tarifa que incide sobre os combustíveis) para o óleo diesel, o que deve provocar uma perda de R\$ 2,5 bilhões de receita para o governo. Em troca, os parlamentares aprovariam o projeto que acaba com a desoneração da folha de pagamento para alguns setores, o que renderia R\$ 3 bilhões para os cofres públicos. O problema é que, mesmo com esse anúncio, os caminhoneiros prometeram continuar as paralisações.

A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), que coordena os protestos, diz que a solução apresentada não resolve o problema, já que a Cide representa apenas 1% dos 27% de peso que os tributos têm no preço do diesel. “Vai reduzir no máximo uns R\$ 0,05 no litro do diesel”, disse a associação, em nota. Os protestos foram motivados pelos sucessivos aumentos no preço dos combustíveis, fruto da nova política da Petrobrás de atrelar os valores do mercado interno às cotações internacionais do petróleo. Como a commodity está em alta (saiu de menos de US\$ 50 o barril em julho do ano passado para cerca de US\$ 80 agora), o diesel, assim como a gasolina, tem subido no mesmo ritmo. Mas o governo não tem muita margem para negociar. Mexer na política da Petrobrás seria um sinal de ingerência política que se vem negando desde que Pedro Parente assumiu a empresa, e teria efeitos catastróficos para a estatal no mercado.

Reduzir impostos foi o que restou, mas o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, deixou claro que não há espaço para isso. A troca da Cide pela votação da reoneração da folha de pagamentos foi a saída encontrada. A informação de que o governo estudava essa alternativa havia sido antecipada pelo jornalista Marcelo de Moraes, no site BR18. Pelo acordo, a desoneração da folha de pagamento será mantida para alguns setores, mas será definitivamente extinta em dezembro de 2020. Guardia, porém, não informou quais setores manterão o benefício por mais dois anos e meio.

O anúncio da solução provocou desgaste entre Legislativo e Executivo. À tarde, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), anunciaram, em vídeo e no Twitter, o acordo feito com o governo federal. Depois, porém, Guardia disse que ainda não havia definição sobre a questão da Cide. Só no início da noite o anúncio oficial foi feito pelo ministro da Fazenda .

Mas, depois disso, no final da noite, Maia voltou a falar sobre o assunto. Disse que vai incluir a redução do PIS/Cofins sobre o diesel no projeto da reoneração da folha, que deve ser votado até terça-feira. Mas evitou dizer se o governo concorda com a medida. “A reoneração é uma receita. O Congresso tem esse direito de dizer que essa receita vai até o fim do ano, claro. Nós vamos reduzir o PIS/Cofins até o fim do ano. A Cide zera. E o governo está tendo aumento de arrecadação.” Ele disse ainda que quer ampliar as medidas de zerar a Cide e reduzir PIS/Cofins para a gasolina. “Queremos ampliar para gasolina, mas temos de fazer as contas antes para não errar”, afirmou. Outros tributos.

Para resolver a falta de “estabilidade” que a política de preços da Petrobrás provoca, o governo federal tenta também negociar com os governadores mudanças na forma de tributação do ICMS, principal fonte de arrecadação dos Estados. O coordenador de secretários estaduais no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), André Horta, disse que os Estados estão abertos ao diálogo, mas ponderou que não serão mudanças no “tecnicismo” na forma de cobrança que vão resolver o problema da alta dos preços dos combustíveis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Gabriel Roca, Cleide Silva, Márcia De Chiara, Nayara Figueiredo E Eduardo Rodrigues

Título: Paralisação nas estradas já afeta fábricas

Com componentes retidos, unidades da Ford, GM e VW tiveram de suspender a produção; no aeroporto de Brasília, faltou combustível

O protesto dos caminhoneiros contra os aumentos no preço do óleo diesel, que completou ontem o segundo dia, começou a ter reflexos mais fortes na economia. Sem componentes, fabricantes de automóveis anunciaram paralisação da produção em algumas fábricas. O acesso aos portos está prejudicado, afetando exportações e importações. Também já há problemas para o escoamento da safra de soja. Ontem, segundo a Polícia Rodoviária Federal, a paralisação atingiu 23 Estados e o Distrito Federal, mais que no primeiro dia. O Estado com maior número de interdições em rodovias federais era Minas Gerais, com 35, seguido do Rio Grande do Sul, com 33. O número de

Estados afetados é o mesmo anunciado pela Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), que coordena os protestos.

A falta de peças entregues por caminhoneiros levou várias montadoras a suspenderem a produção. Ontem, ficaram paradas as fábricas da Ford em Camaçari (BA), Taubaté (SP) e da General Motors em Gravataí (RS). Na unidade da GM de São Caetano do Sul (SP), o segundo turno de trabalho, que começaria às 16 horas, foi suspenso, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos local. O mesmo ocorreu nas linhas de produção da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP) no segundo e no terceiro turnos (tarde e noite). Segundo o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, “há um grande risco de ter paralisação generalizada nas montadoras se a greve prosseguir”. Quem também anunciou paralisação de fábricas foi a Cooperativa Central Aurora Alimentos.

Segundo a empresa, sem os insumos necessários ao funcionamento das unidades, sete indústrias de aves e oito de suínos parariam a produção. Os cálculos divulgados pela Aurora eram de perdas de R\$ 50 milhões em toda a cadeia produtiva ligada à companhia. Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), havia outras fábricas paradas, mas não citou os nomes das empresas. E, de acordo com o vice-presidente de Mercados da associação, se o movimento continuar, como prometeram ontem os caminhoneiros, mais unidades devem parar. No Aeroporto de Brasília, a concessionária Inframerica informou que o combustível para aeronaves estava contingenciado ontem, porque a frota que traria a querosene de aviação (QAV) estava retida em uma manifestação no entorno do Distrito Federal.

Em Mato Grosso, a paralisação dos caminhoneiros afetou principalmente os produtores de soja. Antonio Galvan, presidente da Aprosoja-MT, diz que o escoamento da safra, que já é difícil por causa do estado precário da BR-163, piorou muito por causa do protesto dos caminhoneiros. Mesmo assim, ele disse que o setor apoia o protesto, por ser contra a política de reajustes do diesel adotada pela Petrobrás. Em vídeo publicado no YouTube, Galvan convocou os produtores a levarem tratores para as rodovias para engrossar o protesto, de forma pacífica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Adriana Fernandes

Título: Análise - Populismo fiscal

A volta da ingerência política no preço dos combustíveis, com o anúncio da redução a zero da alíquota da Cide incidente sobre o diesel, é o ápice do retorno

do populismo fiscal – prática que marcou o governo da ex-presidente Dilma Rousseff e que tanto foi condenada pelo presidente Michel Temer quando assumiu o cargo. Sem poder impor ao presidente da Petrobrás uma mudança na política de reajuste de preços – sob o risco de Pedro Parente pedir o boné e deixar a estatal –, Temer deixou que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pré-candidato à Presidência, passasse como um trator sobre a equipe econômica ao antecipar, via Twitter, a redução do tributo.

Poucas horas antes, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, e a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, tinham marcado posição ao afirmar que não havia espaço nas contas públicas para queda dos tributos, principalmente porque o governo não sabe quanto vai perder de arrecadação com o Refis do Simples, outra benesse populista aprovada pelo Congresso com aval de Temer. Parente esteve ontem em Brasília e não deixou espaço para a plantação de ideias na política de reajuste, entre elas, a fixação de uma periodicidade (talvez semanal) para a revisão de preços.

A alteração implicaria justamente a quebra do princípio básico estabelecido por ele ao assumir o comando da Petrobrás: liberdade para mexer nos preços quando a empresa achasse necessário. Os dois outros princípios são justamente a garantia da paridade internacional e de margem de lucro. Uma pressão maior sobre Parente poderia ser mais estressante, o que foi evitado. É provável que Parente não se negue a discutir e dialogar, mas propostas viáveis não apareceram até agora porque o debate é claramente eleitoral.

Uma mudança na frequência de reajuste poderia até piorar o humor dos brasileiros. De 1.º a 22 de maio, por exemplo, o preço da gasolina subiu 15,5% e do diesel 13,6% – mais da metade dessa conta salgada por conta da alta do dólar. Imagine o impacto de um anúncio do reajuste represado? O atropelo político provocou um desconforto generalizado na área econômica. A saída foi anunciar um “acordo” para acabar com a desoneração da folha ao final de 2020. Um acerto sem garantia nenhuma de aprovação dos deputados e senadores. O populismo fiscal está a todo vapor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Luciana Dyniewicz

Título: Fila no Porto de Santos chega a 1,2 km

Na Rua do Adubo, no Guarujá, via que dá acesso ao Porto de Santos, os caminhões começaram a parar às 6 horas de segunda-feira. O caminhoneiro Albert Cardoso, de 36 anos, foi o primeiro a estacionar e puxa a fila que se estende por 1,2 km em duas pistas – só carros podem passar. “Temos de dar

apoio (à greve). Do jeito que os preços estão, não tem como continuar”, diz ele, que é motorista há 13 anos. Cardoso não é dono do caminhão. Trabalha para uma empresa, mas diz que, mesmo assim, o preço do diesel e dos pedágios pesam. “Com custos altos, não vou ter aumento.” Gilberto Ferreira, de 38 anos, funcionário de uma transportadora, diz que sua comissão pode reduzir por causa das altas no combustível. Com salário de R\$ 3 mil, este mês ele recebeu R\$ 1,1 mil de comissão. “Ganhamos 3% do faturamento do caminhão. Se a empresa tem custo mais alto, paga menos.” Ele d e v e r i a ter carregado o veículo na segunda-feira com nitrato de amônio em Cubatão (SP) para levar até o Estado do Pará.

Apesar de ser a favor, o caminhoneiro Marcio Antonio Claro, de 51 anos, tentou fugir da greve. Descarregou uma carga de soja em Santos às 5h30 de segunda e tentou voltar para casa em Colina (SP). Ficou preso na fila de caminhões e não sabe quando sairá. “Para ir ao banheiro preciso de caminhar 1,5 km até uma associação”, conta ele. A 25 km, na Rodopark, empresa em Cubatão que coordena a chegada de caminhões no porto, cerca de 180 veículos estão parados desde segunda-feira. Eraldo Francisco Viana deveria ter descarregado soja anteontem em Santos. “Não sei quando vou embora, mas se derrubarem o preço do óleo vai ser bom. Meu patrão tem 150 caminhões. Se quebrar, são 150 chefes de família sem emprego”, disse, enquanto preparava o j a n t a r .

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Adriana Fernandes Eduardo Rodrigues

Título: Eletrobrás sai da previsão do Orçamento

Sem garantia de venda da estatal, governo resolveu desconsiderar receita de R\$ 12,2 bi

Sem garantias de que conseguirá privatizar a Eletrobrás ainda este ano, a equipe econômica decidiu ontem retirar do Orçamento a previsão de entrada de receitas com o processo de venda da estatal. O governo enfrenta dificuldades para a venda de seis distribuidoras da empresa, etapa fundamental da privatização. A previsão era de que as outorgas gerariam R\$ 12,2 bilhões até o fim do ano. No relatório bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Orçamento, encaminhado ontem ao Congresso, o governo optou em não contar com essa arrecadação, com o argumento de que o cronograma ficou mais apertado, sem chances de o dinheiro entrar no caixa ainda este ano. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que o projeto de privatização continua uma prioridade. “A possibilidade de o recurso financeiro entrar no caixa do governo neste ano é cada vez mais difícil”, reconheceu.

O relatório foi enviado já defasado, porque o governo terá de acomodar o custo da redução a zero da Cide sobre o diesel, anunciada ontem. Fontes informaram que retirada do tributo deve custar R\$ 2,5 bilhões por ano. O impacto do Refis do Simples, ainda não contabilizado, também terá de ser acomodado no futuro, ampliando os riscos fiscais até o fim do ano. Mesmo com a retirada de previsão dessa receita, a alta de 5,1% no preço do petróleo (R\$ 64,98 para R\$ 68,30) elevou a previsão de receitas do governo com royalties e permitiu a liberação de R\$ 2 bilhões de despesas do Orçamento para investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social. A previsão de aumento de R\$ 14,4 bilhões de receitas com os leilões de petróleo contribuiu para dar alívio. As receitas maiores compensaram o impacto negativo nas contas públicas do PIB mais fraco. A estimativa de crescimento do PIB em 2018 caiu de 3% para 2,5% .

O governo, porém, elevou a projeção de 2019 de 3% para 3,3%. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fabio Kanczuk, minimizou a recuperação econômica mais lenta e negou que haja desânimo com o crescimento. “O âmago da economia continua crescendo forte e não vemos motivos para esperar arrefecimento desse ritmo em 2019.” Teto de Gasto. O relatório mostrou que o limite do teto de gasto foi atingido. A partir de agora, para aumento de despesas terá de ser cancelado outro gasto. Colnago destacou ter chegado ao limite é importante para as escolhas do que é prioridade. A secretária executiva da Fazenda, Ana Paula Vescovi, foi além e disse que a situação é um alerta para aprovação das reformas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Igor Gadelha Anne Warth

Título: Congresso adia decisão sobre distribuidoras

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou ontem que os deputados não votarão a Medida Provisória 814, que destrava o leilão das distribuidoras da Eletrobrás no Norte e Nordeste. Segundo ele, o governo se comprometeu a encaminhar um projeto de lei para substituir a proposta, que perderá a validade no dia 1.º de junho. O anúncio foi feito por Maia ao chegar ao plenário da Casa, após reunião com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, no Senado. Segundo o deputado, a decisão de não votar a MP foi tomada em conjunto com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). Maia sempre foi contra o envio da proposta via MP, que tem validade assim que editada pelo governo. A medida, que estava pronta para ser votada em plenário já nesta semana, foi alvo de críticas tanto de deputados da oposição quanto da base governista. Os parlamentares apontaram o fato de que algumas emendas (sugestões de alteração ao texto) seriam “jabutis” – jargão usado no

Congresso para identificar emendas que não estão relacionadas com o tema ou texto original do projeto.

O texto original tinha apenas quatro artigos. Saiu da comissão mista com 27, vários dos quais com impacto de elevar a conta de luz dos consumidores. Após a aprovação do texto na comissão, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, afirmou que mudanças previstas no relatório poderiam levar ao encarecimento das contas de luz. “Guardia entendeu que o texto da comissão tinha aumento de tarifa. Isso criou dificuldade para votar”, afirmou Maia ao Estadão/Broadcast. Ele disse que usou a decisão de deixar a MP 814 perder a validade para negociar o fim da obstrução pela oposição e assim destravar as votações no plenário da Casa. Até ontem à noite, PT, PDT e PC do B retiraram requerimentos de obstrução, que visam apenas a retardar as votações. O PSOL se negou a fazer acordo e mantém a obstrução.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari e Rodolfo Costa

Título: Corte da Cide em troca da reoneração da folha

A equipe econômica cedeu às pressões de caminhoneiros e resolveu eliminar a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre o óleo diesel, diminuindo a tributação do produto. Para compensar a perda de arrecadação, contudo, o governo só vai publicar o decreto que zera a alíquota do tributo quando o Congresso aprovar o projeto de lei que permite a reoneração da folha de pagamento de setores da economia. Nada foi anunciado em relação à gasolina. Apesar do movimento, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) informou que as manifestações contra o alto custo dos combustíveis, que já ocorrem há dois dias em vários estados, vão continuar.

A entidade afirma que o corte da Cide não é suficiente para satisfazer a categoria. Segundo estimativas de analistas e da associação, o tributo representa apenas R\$ 0,05 no preço do litro do diesel. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, anunciou que a eliminação da Cide foi decidida mediante acerto com os líderes do Poder Legislativo.

“Fechamos acordo com os presidentes da Câmara (dos Deputados) e do Senado Federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Eunício Oliveira (MDB-CE)”, disse Guardia, em pronunciamento no Palácio do Planalto. “Iremos eliminar a Cide incidente sobre o diesel e, ao mesmo tempo, o Congresso irá aprovar o projeto de reoneração da folha”, completou.

Segundo o governo, a contribuição sobre o diesel gera receita de R\$ 2,5 bilhões

por ano. A reoneração da folha, por outro lado, renderia R\$ 3 bilhões. Apesar de o ministro afirmar que o acordo é “absolutamente equilibrado” do ponto de vista fiscal, a área econômica ainda não sabe quanto o projeto de reoneração vai render aos cofres públicos neste ano. Isso porque o Executivo ainda não chegou a um consenso com o relator do texto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) sobre quantos setores continuarão com as folhas de pagamentos desoneradas da contribuição previdenciária patronal.

Segundo o parlamentar, o acordo ainda “está sendo construído”, e a expectativa é de que seja finalizado hoje. O relator do projeto disse que, por enquanto, 20 setores continuarão a ser contemplados com o benefício tributário. A assessoria do Ministério da Fazenda alegou que só conseguirá contabilizar a arrecadação quando o número for definido. “É projeto de lei, então, não tem data para vencer. Se tiver acordo, vota rápido”, disse um interlocutor da equipe econômica. Ele admitiu, porém, que haverá dificuldade para chegar a um consenso com os deputados. Para aumentar os ganhos tributários, o governo quer excluir a desoneração de um número maior de setores, ao contrário do que defendem muitos parlamentares.

O acerto feito pelo governo com Maia e Eunício prevê que os alguns setores continuarão com o benefício até dezembro de 2020, quando ele seria totalmente extinto. “Em janeiro de 2021, acaba a desoneração da folha”, afirmou Guardia. O ministro não disse quais setores terão o incentivo cortado de imediato nem os que permanecerão com ele por mais tempo.

Confusão

A divulgação do acordo foi feita de forma conturbada. Os presidentes da Câmara e do Senado anunciaram a eliminação da Cide antes mesmo do governo federal, o que surpreendeu a equipe econômica. A divulgação foi feita pelo Twitter no início da tarde. Até quatro horas depois da postagem, o Ministério da Fazenda não havia se pronunciado sobre o assunto. Guardia chegou a se reunir com Oliveira e Maia no Senado para tratar do acordo, mas não confirmou de imediato as informações.

Após encontro com o presidente Michel Temer, o ministro anunciou as medidas. Durante o pronunciamento, ele pediu aos caminhoneiros que terminem as manifestações. “Gostaria, e faço isso em nome do governo, de fazer um apelo à categoria: que retomem suas atividades normais. Sabemos que o movimento, se persistir, pode trazer danos e prejudicar a população, à medida que a paralisação do transporte de cargas vai trazer inúmeros problemas para economia como um todo”, apontou Guardia.

- *Preço menor nas refinarias*

Com o governo federal pressionando a equipe econômica a encontrar medidas para redução dos preços dos combustíveis, a Petrobras anunciou que o diesel e a gasolina ficarão mais baratos, hoje, nas refinarias. Segundo o presidente da estatal, Pedro Parente, não houve ingerência do Palácio do Planalto. Os preços caíram, garantiu, porque o dólar recuou após intervenção do Banco Central no mercado de câmbio. O diesel será reduzido em 1,54%, para R\$ 2,3351 por litro. É a primeira queda desde 12 de maio. Já a gasolina ficará 2,08% mais barata, vendida por R\$ 2,0433 por litro, o primeiro recuo desde 3 de maio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari e Rodolfo Costa

Título: Abastecimento prejudicado

O protesto dos caminhoneiros contra os aumentos no preço do óleo diesel, que completou ontem o segundo dia, começou a ter reflexos mais fortes na economia. Sem componentes, fabricantes de automóveis anunciaram paralisação da produção em algumas fábricas por falta de peças. O acesso aos portos está prejudicado, afetando exportações e importações. Também já há problemas para o escoamento da safra de soja.

Em Brasília, prejudicou o abastecimento de aviões no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek. Em comunicado, a Inframérica afirmou o produto estava contingenciado, pois a frota de caminhões que levava o querosene (QAV) ao terminal ficou retida no Entorno do Distrito Federal. No fim do dia, quatro caminhões conseguiram chegar ao aeroporto. Em nota, a concessionária afirmou, no entanto, que a situação “ainda é de atenção”, já que o terminal brasileiro necessita da liberação dos outros carregamentos para a normalização do atendimento no aeródromo.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, a paralisação atingiu 23 estados e o Distrito Federal, mais do que no primeiro dia. O estado com maior número de interdições em rodovias federais era Minas Gerais, com 35, seguido do Rio Grande do Sul, com 33.

Além das montadoras, quem também anunciou paralisação de fábricas foi a Cooperativa Central Aurora Alimentos. Segundo a empresa, sem os insumos, sete indústrias de aves e oito de suínos parariam a produção. O cálculo

divulgado pela Aurora é de perdas de R\$ 50 milhões em toda a cadeia produtiva ligada à companhia.

Em Mato Grosso, a paralisação afetou principalmente os produtores de soja, segundo Antonio Galvan, presidente da Aprosoja-MT.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Custo do combustível assusta

O preço do combustível está assustando o consumidor brasileiro. No Distrito Federal, onde o litro da gasolina chegou a R\$ 4,85 em alguns estabelecimentos, o anúncio da redução de tributos sobre o diesel, feito ontem pelo governo, e o de queda do preço da gasolina nas refinarias não reduziram a preocupação de donos de automóveis.

O policial militar Clécio Macedo, 42 anos, disse que no caso da gasolina, é preciso mais do que uma redução de impostos para que o valor volte a um patamar adequado. “Nós tivemos diversos reajustes consecutivos. Então, mesmo que a gasolina caia agora, ainda não será um preço justo”, afirmou.

A professora Jucilaine Mota, 40, criticou os aumentos sucessivos no valor dos combustíveis. “Houve uma oscilação muito grande e em um período de tempo muito curto. Ninguém está feliz, e estamos bem preocupados com o que pode acontecer daqui pra frente”, afirmou. O corte de tributos anunciado pelo governo só atingiu o diesel, mas a queda do dólar fez com que houvesse recuo do preço nas refinarias. “Para quem está pagando quase R\$ 5, qualquer redução já é vantajosa”, disse.

De acordo com Jucilaine, a política de preços da Petrobras é negativa para a população. “Não sei dizer se antes os preços eram acessíveis, mas, agora, com certeza, estão piores”, afirmou.

Segundo a vice-presidente do Conselho Diretor da Associação de Defesa do Consumidor (Proteste), Maria Inês Dolci, além de reduções no valor, é preciso uma revisão da política tarifária do combustível. “Esses aumentos estão acontecendo de forma muito frequente, e o consumidor não consegue acompanhá-los. Para que o preço esteja de acordo com o bolso do cidadão, as taxas que incidem sobre esses combustíveis precisam ser revistas”, afirmou.

** Estagiárias sob supervisão de Odail Figueiredo*

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Negócios**Autor:** Amauri Segalla**Título:** Embates externos e internos pela compra da AES Eletropaulo

A batalha pela compra da AES Eletropaulo não está acirrada apenas no mercado. No ambiente interno da empresa, o assunto é quente. Uma pesquisa informal feita por meio de um grupo de WhatsApp aponta a espanhola Iberdrola como a preferida dos funcionários. A italiana Enel ficou em segundo lugar. O que ninguém quer é um chefe chinês, possibilidade que ocorreria com a venda para a State Grid. “Com gestão chinesa, a CPFL virou uma máquina de moer gente”, diz um diretor da Eletropaulo.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** Momento de cautela

VISÃO DO CORREIO

O governo enfrenta um dilema de grandes proporções com relação aos seguidos aumentos dos valores cobrados pelos combustíveis fósseis – o óleo diesel, principal responsável pelo transporte da produção nacional, e a gasolina, cujo preço é sinônimo de custo de vida para variados setores da sociedade.

Inconformados com os preços nas bombas dos postos de abastecimento, os caminhoneiros deflagaram amplo movimento paredista, em pelo menos 19 estados e no Distrito Federal, com repercussões negativas para o momento de lenta recuperação da economia, depois de prolongada recessão.

O Palácio do Planalto está diante da seguinte questão: como baixar ou controlar os preços do diesel e da gasolina, como exigem os responsáveis pelo transporte de cargas no país, sem incorrer em erros de governantes do passado recente, que adotaram políticas de controle dos mesmos? O problema colocado ao Executivo é mais do que sensível e o seu equacionamento não é nada tranquilo.

Um dos caminhos mais fáceis e sedutores seria a redução de impostos sobre os combustíveis, o que não é recomendado, atualmente, por causa do elevadíssimo déficit público, que continua assombrando a todos. A outra opção seria a intervenção do Palácio do Planalto na política de preços da Petrobras –

ela prevê reajustes diários de acordo com a variação do câmbio e dos preços internacionais –, o que significaria a repetição do desastre promovido pelas administrações petistas, que praticamente conseguiram quebrar a maior empresa do Brasil, em valor de mercado.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirma, agora, que o espaço nas contas públicas é bastante reduzido para baixar os tributos que incidem sobre os combustíveis. Na semana passada, seu discurso era mais duro, de que não via qualquer possibilidade, neste sentido, este ano. A mudança, ao que tudo indica, se deu pela pressão exercida pelos caminhoneiros parados pelas estradas do país. Espera-se que a equipe do ministro apresente uma proposta que não aumente o rombo nas contas públicas.

O governo também afastou outro grande temor dos economistas, representado pela intervenção na política de preços da Petrobras, um dos pilares da recuperação da estatal. O presidente da petrolífera, Pedro Parente, garantiu que o Palácio do Planalto não tem a intenção de pedir qualquer alteração na definição dos valores do diesel e da gasolina. “Ficou esclarecido que, em hipótese alguma, passou pela cabeça do governo pedir qualquer mudança na política de preços da Petrobras”, afirmou. O importante é que a informação foi confirmada pelo ministro da Fazenda.

Na realidade, o Executivo tem pela frente o desafio de atender a reivindicação dos grevistas, que alegam não conseguir trabalhar com os custos tão elevados dos combustíveis. Não se pode esquecer de que os caminhoneiros têm a simpatia e o apoio da população, desde que não adotem práticas de grupos radicais, que bloqueiam as rodovias em qualquer manifestação, impedindo o direito de ir e vir. Que fatos como o ocorrido na Regis Bittencourt não se repitam – as duas pistas foram interrompidas com barricadas de pneus queimados –, sob pena de o movimento perder o apoio da sociedade. O momento é de cautela para que se chegue a uma solução satisfatória a todos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Rafael Bitencourt, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Graner
| De Brasília

Título: Fazenda reduzirá Cide se reoneração for aprovada

Pressionada por conta da escalada nos preços dos combustíveis, a Petrobras conseguiu demover o governo da ideia de rever sua política de reajustes diários. O Ministério da Fazenda, contudo, não conseguiu conter a pressão e, mesmo explicitando sua elevada restrição fiscal, teve que aceitar uma redução da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre o diesel, que,

de forma inusitada, foi anunciada pelo presidente da Câmara dos Deputados, e postulante ao Planalto, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), e só horas depois confirmada pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

Depois de dois dias de reuniões capitaneadas pelo próprio presidente Michel Temer para tratar da questão dos combustíveis, a terça-feira iniciou com um encontro entre os ministérios da Fazenda, **Minas e Energia** e a Petrobras. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse, ao sair de reunião, que o governo não fez qualquer solicitação para alterar a atual política de preços de reajustes da gasolina e do diesel da Petrobras.

Segundo o executivo da estatal, o governo estava muito preocupado com os preços e queria saber o que, no nível dele, poderia ser feito. "Como o preço da gasolina e do diesel segue o preço internacional do petróleo e do câmbio, esses fatores não são provocados pela Petrobras. Esses fatores são externos à empresa, que tem a obrigação de refletir isso", disse Parente, que efetivamente recebeu garantias de que poderia continuar com a atual política de reajustes da companhia petrolífera.

Questionado sobre a possibilidade de a Petrobras ampliar o prazo entre os reajustes, ideia discutida na véspera pelo governo, Parente disse que o tema não foi tratado.

Ainda pela manhã, os ministros Eduardo Guardia, e do Planejamento, Esteves Colnago, enfatizaram o "pouco espaço fiscal" que o governo tinha para fazer desonerações no setor de combustíveis, outra hipótese que há semanas vinha sendo levantada pelo núcleo político do governo.

A solução encontrada foi vincular o fim da Cide sobre o diesel à aprovação do projeto de reoneração da folha de pagamentos, que ocorrerá de maneira parcial em 2018 e 2019, atingindo todos os setores a partir de 2020. "O que deixaremos de arrecadar com a Cide será compensado com os setores reonerados", disse Guardia. A arrecadação anual da Cide incidente sobre o diesel é de R\$ 2,5 bilhões e o impacto neste ano depende de em que momento sua eliminação será efetivada.

Relator do projeto da reoneração da folha, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que, com as alterações nos setores atingidos pela medida, a arrecadação com a proposta chegará a cerca de R\$ 5 bilhões ao ano. Neste ano, o impacto deve se limitar a algo em torno de 1/3 desse montante, dado que, mesmo aprovada até a próxima semana, a medida ainda tem que cumprir carência de 90 dias.

Apesar de tratar a vinculação entre as duas medidas como um movimento "equilibrado", a realidade é que o governo está abrindo mão de uma receita que é importante em um momento no qual o país ainda lida com déficit primário monumental (R\$ 152,8 bilhões é o valor projetado para este ano).

Ao confirmar a medida após se encontrar, primeiro com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e depois com Temer, Guardia não respondeu às perguntas dos jornalistas e tinha uma expressão tensa. E fez um apelo aos caminhoneiros para que a categoria deixasse de fazer greve, que já começou a afetar alguns setores da economia, e apontou a possibilidade de novas medidas.

"O governo continuará conversando com os caminhoneiros. Teremos uma série de agendas para debater medidas adicionais. Continuaremos conversando com o setor visando novas medidas que possam mitigar esse problema", disse Eduardo Guardia.

Ao antecipar a decisão sobre a desoneração do diesel, o deputado Rodrigo Maia estimou que o preço do combustível deve ser reduzido entre 5% e 7%. Guardia, por sua vez, não apresentou números e disse que a medida só seria efetivada mediante aprovação da reoneração da folha.

Além de se antecipar ao governo, Maia ainda colocou pressão nos governadores, afirmando que seria "importante" se eles pudessem ajudar com a redução do ICMS sobre os combustíveis, que tem alíquotas entre 30% e 32%.

O tema dos combustíveis ganhou contornos altamente políticos após a sequência de reajustes da Petrobras e com os movimentos dos caminhoneiros. Além de Rodrigo Maia, outros presidenciáveis pegaram carona na polêmica.

Para o pré-candidato do PDT, Ciro Gomes, o governo Temer promove um descontrole nos preços dos combustíveis e a cotação do petróleo no Brasil não pode levar em consideração o valor internacional da commodity. "Não podemos cotar a Rotterdam [na Holanda]. Tenho que cotar a quanto custa para a Petrobras, isso é a razão de ser da empresa", disse. Para Ciro, a fórmula tem que considerar três fatores: custo de extração da Petrobras, custo do imobilizado e um lucro "em linha com os competidores de primeiro nível" da empresa.

Já o senador Álvaro Dias (Pode-PR) criticou a decisão que transferiu à Petrobras o direito de mudar o preço dos combustíveis livremente. "O presidente da República precisa ter visão global de país", afirmou. Para o parlamentar, é preciso reduzir os impostos sobre combustíveis, o que ocorrerá em uma reforma tributária focada mais na renda e menos no consumo. Segundo ele, a Petrobras

teria adotado a prática de elevar o preço dos combustíveis quando o dólar se valoriza, mas não reduziria o preço quando ocorre o contrário.

Marina Silva (Rede), evitou responder se defende a intervenção do governo nos preços. Para ela, é preciso antes averiguar o que da produção própria da Petrobras não é importada e o que é possível fazer para ajudar o consumidor. "Nem todos os derivados de petróleo são importados. Talvez naquilo que é nossa própria produção haja margem para fazer algo. É preciso fazer uma averiguação", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Marli Olmos, Fernanda Pressinott, Fernanda Pires e Kauanna Navarro | De São Paulo

Título: Sem estoques, produção de montadoras trava com greve

O "just in time", sistema de produção sem estoques, usado por todos os fabricantes de veículos do mundo, é um "prato cheio" para caminhoneiros em greve alcançarem seus objetivos. Foi exatamente o que ocorreu ontem. As indústrias automobilísticas e de autopeças - junto com o setor de alimentos - foram as primeiras afetadas pela greve de caminhoneiros autônomos, que entrou no segundo dia.

O efeito é tão rápido que, para um alto executivo de uma grande montadora que prefere não se identificar, se a paralisação nacional se estender, as perdas na indústria automobilística vão se refletir nos resultados da produção industrial do país neste mês. A participação da indústria automobilística no PIB industrial passa de 20%. A produção de veículos está em recuperação e tem crescido há 18 meses seguidos em relação ao mesmo mês do ano anterior. Montadoras se viram obrigadas a dispensar funcionários poucos dias depois de convocá-los a fazer hora extra.

A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), que lidera a paralisação, informou que os bloqueios de rodovias atingiram 20 Estados ontem. A entidade confirmou ontem à noite que a paralisação terá prosseguimento hoje.

A GM informou que a greve afetou o fluxo logístico de suas fábricas. "Com a falta de componentes, as linhas de produção começam a ser paralisadas e também estamos enfrentando dificuldades na distribuição de veículos à rede de concessionárias", disse a companhia, em nota.

Por falta de entrega componentes para o funcionamento das linhas de produção, a Ford paralisou a produção de automóveis em Camaçari, na Bahia, e de motores em Taubaté, no interior de São Paulo.

A outra unidade da companhia americana, localizada em São Bernardo do Campo (SP), que produz carros e caminhões, operou normalmente. Mas sem a retomada das entregas de componentes a tendência é que essa fábrica também tenha a produção interrompida.

Na fábrica do grupo francês PSA, que produz veículos das marcas Peugeot e Citroën, localizada em Porto Real (RJ), o fornecimento de peças para as linhas de produção começou a ficar comprometido. A empresa deu início ao planejamento de compensações futuras das perdas provocadas pela greve.

No fim da tarde de ontem, Volvo, Nissan e Fiat confirmaram prejuízos à produção. Na fábrica da Volvo, em Curitiba, a equipe do segundo turno, que começa às 17h, sequer entrou para o trabalho por falta de componentes. Em Resende (RJ), a Nissan confirmou que a paralisação comprometeu o abastecimento de peças. Com fábricas em Betim (MG) e Goiana (PE), o grupo FCA Fiat Chrysler também começou a sentir o comprometimento de seu fluxo logístico no fim da tarde.

A greve causou reprogramação de entregas a clientes internos e de embarques em navios, afirma uma fonte de uma grande metalúrgica brasileira. Segundo a fonte, "o comércio está travado".

A Bosch, maior empresa de autopeças do país, começou a sentir problemas. A companhia revelou estar com dificuldades tanto no recebimento de mercadorias via porto de Santos quanto em rotas de transportes interestaduais para abastecer suas seis fábricas e também nas entregas aos clientes. A Bosch tem 8,3 mil funcionários no país e está em pleno processo de retomada de produção principalmente devido à recuperação da produção de veículos.

O Tecon Santos, principal terminal da Santos Brasil, não recebeu nem expediu caminhões ontem, devido ao bloqueio. Normalmente, o Tecon Santos, um dos maiores terminais de contêineres do país, recebe em média 2.200 caminhões por dia. Já a operação de cais - embarque e desembarque de cargas nos navios - transcorre sem problemas.

A Administração do Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) informou que dos 1,4 mil caminhões carregados de grãos que estavam programados para chegar aos portos paranaenses ontem apenas 333 conseguiram dar entrada. Os demais foram impedidos pelos protestos dos caminhoneiros.

De acordo com o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), a greve estaria travando as entregas de algumas distribuidoras de aço. A entidade fez uma pesquisa informal e calculou que a ação dos motoristas de caminhão afetou o faturamento diário de suas associadas em 40% a 60%.

A Cooperativa Central Aurora Alimentos comunicou que paralisará todas as atividades de suas indústrias de processamento de aves e suínos em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul amanhã e sexta-feira, em virtude da greve. Segundo a empresa, a paralisação das atividades vai gerar um prejuízo de R\$ 50 milhões para toda a cadeia produtiva ligada à Aurora. A empresa movimenta 300 caminhões câmaras-frias, 200 caminhões com cargas vivas e 120 caminhões de ração deixarão de circular. A falta ou escassez de ração deve afetar os criadores de aves e suínos.

A Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia) informou que a greve causou a paralisação de pelo menos 65 caminhões com alimentos, incluindo perecíveis. Os veículos estão parados em estradas de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. A entidade ainda não tem um levantamento completo dos prejuízos.

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) declarou que a paralisação dos caminhoneiros é "preocupante" e está afetando o escoamento da safra de soja. Segundo a Aprosoja-MT, 30% da soja de Mato Grosso ainda precisa ser escoada.

A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) e o Sindicarne do Paraná afirmaram em comunicado que a paralisação prejudica o abastecimento de alimentos em vários pontos do país. "Todo o nosso setor de matérias-primas vivas e leite e o abastecimento em geral está sendo muito afetado", informou o presidente executivo das entidades, Péricles Salazar.

O Sindicato da Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) informou que ingressaria com ação judicial para tentar por fim aos bloqueios de rodovias. Conforme o Sindilat, laticínios gaúchos ficam impossibilitados de realizar a captação de 12,6 milhões de litros de leite cru em 65 mil propriedades rurais. **(colaboraram Cibelle Bouças, Renato Rostás, Bettina Barros e Cleyton Vilarino, com agências de notícias)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Fabio Graner e Edna Simão | De Brasília

Título: Receita de petróleo traz novo fôlego e ajuda a liberar R\$ 2 bi em gastos

Com a ajuda da alta do preço do barril de petróleo, desvalorização do real frente ao dólar e receitas acima em leilões, o governo elevou em R\$ 16,4 bilhões suas receitas decorrentes direta ou indiretamente de petróleo, de acordo com os dados divulgados ontem no segundo relatório bimestral de receitas e despesas do orçamento.

Com esse reforço, a equipe econômica aproveitou para retirar de suas contas a estimativa de R\$ 12,2 bilhões de arrecadação decorrente da privatização da Eletrobrás e ainda ampliou em R\$ 2 bilhões o espaço para os ministérios gastarem às vésperas das eleições. Além disso, neste cenário, a meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões do governo central será cumprida com folga de R\$ 6,2 bilhões.

O relatório trouxe ainda a confirmação de que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano será menor do que os 3% (2,97% para ser preciso) que se esperava anteriormente, com alta de apenas 2,5% sobre 2017. Em uma estratégia de tentar injetar otimismo em um quadro no qual o desempenho da economia é cada vez mais contestado, a equipe elevou de 3% para 3,3% a projeção de expansão da economia em 2019.

Segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fábio Kanczuc, a redução da estimativa de aumento do PIB em 2018 está diretamente relacionada ao desempenho aquém do desejável no primeiro trimestre. Apesar disso, ele acredita em uma trajetória de aceleração nos próximos trimestres, inclusive maior do que a antecipada, e ressaltou que, por isso, a expectativa para 2019 ficou mais favorável.

Kanczuc contestou a leitura de que há um pessimismo em torno da economia e salientou que os "sinais vitais" mostram o contrário, com alta de investimento e bens de consumo duráveis em ritmo "bem fortes". "No primeiro trimestre, vimos consumo de serviços abaixo do previsto e estamos vendo investimento bem de capital e construção forte", afirmou. Ele explicou ainda que a queda nos serviços neste ano pode estar relacionada ao fato de ter acabado o efeito positivo do saque de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no ano passado.

A revisão dos parâmetros macroeconômicos, mesmo com a queda do PIB previsto para este ano, levou a aumento de R\$ 1,9 bilhão no conjunto de receitas do governo, que subiu R\$ 7,6 bilhões, para R\$ 1,470 trilhão. Mas o grande impacto mesmo foi decorrente da combinação de alta de preço de petróleo (de US\$ 64,98 para US\$ 68,30 na média do ano) com desempenho acima do esperado no último leilão de petróleo e as estimativas mais otimistas para as próximas rodadas do pré-sal neste ano, que ajudaram fortemente o cenário de receitas.

Somente a projeção de arrecadação com bônus de assinatura saltou de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 18,3 bilhões, sendo que R\$ 7,5 bilhões foram decorrentes do leilão da 15ª rodada de concessões. Outros R\$ 6,8 bilhões são esperados para setembro com a 5ª rodada de partilha, para exploração do campo de Saturno, do pré-sal.

Além disso, o governo também projetou R\$ 2,06 bilhões a mais em receitas de royalties de petróleo, resultado não só do preço médio maior de petróleo esperado pelo governo, mas também da taxa de câmbio mais desvalorizada, cuja média prevista para 2018 passou de R\$ 3,27 para R\$ 3,35.

Embora houvesse quem defendesse na área econômica a manutenção da Eletrobrás na conta de receitas, como sinal de que o governo ainda acredita na privatização deste ano, a equipe econômica no final das contas aproveitou a receita extra com petróleo e leilões para retirar a Eletrobrás da conta. "Há um risco da entrada financeira ocorrer no início do próximo exercício", disse o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, ressaltando que, por esse motivo, o governo entendeu que por prudência era melhor retirar essa receita dos cálculos para não "contaminar". O ministro ressaltou que a privatização da Eletrobrás continua sendo prioridade para o governo porque vai fortalecer a empresa.

Apesar da ampliação de espaço de gasto para os ministérios em R\$ 2 bilhões e da previsão de resultado fiscal acima da meta, o relatório bimestral definiu que R\$ 9,114 bilhões ficarão bloqueados nas despesas, como reserva para riscos fiscais, como o Refis das micro e pequenas empresas e a renegociação de dívidas agrícolas, que o governo ainda tenta resolver como poderá pagar estando com a despesa no teto e sem previsão orçamentária.

Vale lembrar que no primeiro relatório bimestral a despesa bloqueada era de R\$ 18,2 bilhões. A queda à metade é explicada não só pela liberação de espaço de gastos e de uma folga na meta fiscal, mas também porque havia recursos bloqueados que apenas aguardavam que o Congresso autorizasse algumas despesas. Nesse período, o Parlamento aprovou também o pagamento de R\$ 1,5 bilhão do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para cobrir o calote que a Venezuela deu no BNDES.

Apesar da explicação, a divulgação do segundo relatório realmente ficou confusa, dada a discrepância em relação ao primeiro documento do ano. No final das contas, a ampliação de R\$ 2 bilhões nos limites disponíveis para os ministérios, foi prioritariamente alocada para elevar em R\$ 550 milhões a rubrica de investimentos do PAC.

Pelo lado das despesas, o relatório bimestral ainda prevê deterioração do déficit da Previdência Social, que teve uma alta de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 198,59 bilhões. O desempenho esperado piorou com a queda das receitas previdenciárias devido à estimativa de redução da massa salarial e impacto dos programas de refinanciamento de dívidas rurais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Bandeira amarela deve ser mantida

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse ontem que há a expectativa de manter em junho a indicação de bandeira amarela nas contas de luz, com cobrança adicional R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. O diretor-geral ressaltou, porém, que é preciso aguardar o anúncio oficial que sairá na sexta-feira.

"Como já entramos no período seco não deve ter muita novidade. Estamos observando semanalmente algumas dessas variáveis", disse Romeu a jornalistas, no intervalo de uma reunião da diretoria.

Rufino disse que nenhum dos critérios de avaliação das condições de abastecimento, que aumentam a previsão de despesas no setor, têm apontado para o acionamento da bandeira verde - sem custo adicional - ou vermelha no patamar 1- cobrança de mais R\$ 3,00 a cada 100 kWh consumidos.

A bandeira tarifária amarela para as contas de luz foi acionada em maio, quando a Aneel interrompeu o período de quatro meses, iniciado em janeiro, de bandeira verde, que não tem cobrança adicional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Por Raphael Di Cunto e Rafael Bittencourt | De Brasília

Título: MP da Eletrobrás perderá a validade, diz Rodrigo Maia

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem, após reunião com o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira (MDB-CE), que a Medida Provisória (MP) 814, que liberava a privatização da Eletrobrás, tentava solucionar o problema de seis distribuidoras deficitárias da estatal e promove alterações no setor elétrico, não será votada. "O prazo está apertado e decidimos não pautar. O governo mandará um projeto de lei no lugar", disse.

Com essa decisão, a MP perderá a validade no dia 1º de junho, sexta-feira. Quando isso ocorrer, também deve ser inviabilizado o decreto presidencial que autorizou a contratação de estudos técnicos para a privatização da empresa, que, na proposta do governo, será capitalizada sem que a União participe dessa operação, o que fará com que o governo federal tenha diluída sua participação no controle da estatal.

A aprovação da MP era considerada fundamental para a venda das distribuidoras controladas pela Eletrobrás. A lei garantia o acesso dessas concessionárias a recursos de fundos do setor elétrico que cobre o custo de térmicas na região Norte. Esse dinheiro, além de bancar R\$ 3 bilhões em dívidas cobradas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), também permitiria a prorrogação do fornecimento de gás da Petrobras para as térmicas que operam em áreas isoladas.

Sem os recursos de fundos setoriais, os potenciais interessados em assumir o controle das distribuidoras, em leilão programado para junho, passam a contar com incertezas ainda maiores relacionadas a passivos financeiros. Autoridades do governo e executivos da própria Eletrobrás têm dito que, se as empresas não forem privatizadas este ano, vão correr o risco de serem liquidadas, com o grupo estatal tendo que administrar toda a massa falida das concessionárias e um enorme passivo trabalhista.

O relator da MP, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), contudo, ampliou muito o escopo do texto e virou alvo de críticas do setor elétrico e da oposição. A nova versão atualiza a tarifa da usina nuclear Angra 3, revisa o preço do gás natural fornecido pela Petrobras a termelétricas, permite o uso de recursos do Fundo Social para financiar a construção de novos gasodutos (Dutogas), estende prazo de concessão de usinas para acabar com judicialização relacionada aos prejuízos de geradoras com risco hidrológico, modifica o benefício do programa Tarifa Social à famílias de baixa renda, entre outros assuntos.

A decisão de Maia, que argumentou que as alterações provocariam aumento na conta de luz, ocorreu após reunião com Eunício. Com um feriado na quinta-feira da próxima semana, o Congresso estará esvaziado e a Câmara já está com dificuldade de votar a pauta do governo - outras oito medidas provisórias poderão cair nos próximos dias, cenário preocupa o governo, que já admitia precisar escolher quais propostas seriam votadas e quais ficariam em segundo plano. Todas têm que passar pelo Senado.

No fim foi Maia quem escolheu qual MP será arquivada, mas a exclusão permitiu acordo com a oposição para votar outras medidas - ontem a Câmara aprovou ainda a mudança nas taxas de juros dos fundos constitucionais regionais. Relator do projeto de privatização da Eletrobrás, o deputado José

Carlos Aleluia (DEM-BA) afirmou que a caducidade da MP atrapalha, mas que pode incorporar parte do texto ao PL em discussão. "Regimentalmente é possível. Agora tem que ver se politicamente é viável", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Por Raymundo Costa | De Brasília

Título: Para viabilizar candidatura presidencial, deputado distancia-se do Planalto

A formalização da pré-candidatura do ex-ministro Henrique Meirelles pelo MDB, com o aval do Palácio do Planalto, está levando o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (RJ), para a oposição ao governo. A paralisação do projeto que permite a privatização da Eletrobrás é apenas uma das medidas engatilhadas pelo presidenciável do DEM. A intenção de Maia é se destacar na cacofonia de candidatos a candidatos do centro político.

Na manhã de ontem, Maia ouviu conselheiros mais próximos sobre uma série de ações que pretende deflagrar nos próximos dias. A principal delas era a paralisação do projeto de privatização da Eletrobrás em troca do apoio da oposição, PT e PCdoB incluídos, à aprovação de uma agenda positiva na Câmara.

A agenda, elaborada por Maia, prevê a votação de quatro ou cinco medidas populares pela Câmara dos Deputados, independentemente da concordância ou não do governo. Entre elas, a aprovação do cadastro positivo, vista como uma medida capaz de impulsionar o crédito.

Maia estava reticente sobre o que fazer, mas foi convencido por seus conselheiros que tirar a Eletrobrás de pauta lhe garantiria a simpatia dos estados do Nordeste; e a aprovação do cadastro positivo, dos eleitores do Centro-Sul.

O presidente da Câmara pretende levar sua candidatura ao Planalto ao menos até meados de julho, quando fará uma avaliação de sua viabilidade eleitoral. Julga que não tem nada a perder, só a ganhar.

O deputado carioca é o único dos candidatos a candidato do centro com um palanque para promover sua candidatura: a presidência da Câmara dos Deputados. Para concorrer em outubro, Geraldo Alckmin (PSDB) deixou o governo de São Paulo e Henrique Meirelles, o Ministério da Fazenda.

O lançamento de Meirelles também estimulou Maia a intervir no debate sobre o preço dos combustíveis, até ontem restrito aos ministros palacianos, aos **ministérios das Minas e Energia** e da Fazenda e à Petrobras. Na empreitada

contou com a ajuda de outro opositor da candidatura Meirelles no MDB: o presidente do Senado, Eunício Oliveira (CE).

Em campanha, todos querem ser sócios de uma eventual queda do preço na bomba de gasolina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cemig tem reajuste de 23%

A Aneel aprovou ontem reajuste tarifário médio de 23,19% para os clientes da Cemig. Os clientes residenciais terão aumento de 18,53%. Já o grupo de baixa tensão, que engloba a classe B (rural, pequenas indústrias, comercial, serviços, poder público, serviço público e consumo próprio), o preço médio subirá 18,63%. Na classe A, de alta tensão (indústrias), o ajuste tarifário médio será de 35,56%.

Mercado de aços planos

As vendas de aços planos pela rede associada ao Instituto Nacional dos Distribuidores e Aço (Inda) somaram 225,1 mil toneladas durante abril. Sobre o mesmo mês do ano passado, a alta foi de 5,4%, mas em relação a março, houve queda de 14,4%. No caso das compras, o volume apurado em abril, de 263,8 mil toneladas, representou aumento de 19,2% em comparação anual. Frente a março, a redução foi de 7%. O desempenho destoou do que o Inda previa para abril. O instituto estimava uma queda por volta de 10% tanto nas vendas quanto nas compras, em relação a março.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Presidente da Eletrobrás nega uso de assessoria para denegrir estatal

Em uma sessão esvaziada, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, explicou ontem à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara as acusações de que uma consultoria de comunicação teria sido contratada para denegrir a imagem da estatal e, assim, facilitar sua privatização.

O executivo negou as acusações e disse que a contratação da FSB Comunicação, por cerca de R\$ 2 milhões, foi técnica, legal e teve como objetivo principal a defesa do valor de mercado da Eletrobrás.

"O objetivo [da contratação] é a prestação tempestiva e qualificada de informações", disse o executivo. Segundo Ferreira, a Eletrobrás não dispunha de profissionais qualificados para a tarefa, ainda mais levando-se em conta a reação interna negativa à privatização.

Ao rebater a acusação de que o papel da FSB seria disseminar informações negativas sobre a empresa, o executivo apresentou números que apontam que 52% das reportagens veiculadas entre outubro de 2017 e março de 2018 foram positivas para a Eletrobrás.

"O objetivo sempre foi defender o valor de mercado da companhia", disse Ferreira, ao mencionar que o valor da Eletrobrás na bolsa chegou a R\$ 9 bilhões e que atualmente está acima dos R\$ 30 bilhões. "O objetivo de preservar o valor foi alcançado", afirmou.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) presidiu a sessão, que contou com poucos parlamentares e muitas entidades contrárias à privatização. Um dos presentes aproveitou a ocasião para pedir a libertação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Erika acusou a gestão da Eletrobrás de ter ignorado peças publicitárias do **Ministério de Minas e Energia** que chamavam a Eletrobrás de "empresa quebrada" e faziam ironias com as frequentes quedas no fornecimento de energia elétrica.

Ferreira disse que não poderia ser responsabilizado por manifestações do ministério.

O executivo falou também sobre a privatização das distribuidoras. Ele disse que espera que o leilão de venda ocorra em julho. Ferreira afirmou que as distribuidoras, deficitárias, são ativos interessantes e que podem se tornar lucrativas sob gestão privada.

O edital de privatização das distribuidoras está em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e deve ser votado pelo plenário em junho.

No início da noite de ontem, a Eletrobrás informou que a eleição de Manoel Arlindo Zaroni Torres para o conselho de administração não apresenta nenhum impedimento ao processo de privatização da companhia.

A declaração foi feita em resposta à consulta da B3, que questionou a empresa sobre reportagem do jornal "O Estado de S.Paulo" publicada na edição de segunda-feira. Segundo o jornal, como Manoel Zaroni ocupa a vice-presidência do conselho de administração da Engie, sua participação no conselho da Eletrobrás poderá atrapalhar o processo de privatização da empresa.

Segundo especialistas ouvidos pela reportagem, a decisão é um claro descumprimento da Lei das Sociedades Anônimas e pode suscitar ações de outras companhias que se sentirem preteridas nas negociações dos ativos a serem colocados à venda pela estatal.

A Eletrobrás disse ainda que seu comitê interno opinou pela elegibilidade de Manoel Zaroni, considerando exclusivamente a ótica dos requisitos legais de investidura. **(Colaborou Paula Selmi, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Neoenergia e Eletropaulo

O conselho de administração da Neoenergia informou que a quinta emissão de debêntures simples da empresa irá totalizar R\$ 7 bilhões. Serão emitidos até 7 mil papéis, divididos igualmente em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. As informações constam da ata de reunião do colegiado realizada na quinta-feira, mas só tornada pública agora. Segundo a empresa, os recursos da captação serão destinados para a aquisição de ações e/ou subscrição de novas ações da Eletropaulo.

Aneel aguarda Cesp

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aguarda uma sinalização do governo de São Paulo para retomar a análise e concluir o novo contrato da hidrelétrica Porto Primavera, que terá a concessão prorrogada no processo de privatização da Cesp, disse ontem o diretor-geral da agência, Romeu Rufino. Ele afirmou que o processo da usina será levado, em breve, à reunião da diretoria pelo diretor André Pepitone, relator do caso. O processo de elaboração do contrato que trata da prorrogação da concessão da usina foi interrompido por liminar, já derrubada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Amrita Sen e Yasser Elguindi | Financial Times****Título: A era de preço baixo do petróleo está morta**

Quando o preço do petróleo entrou em queda livre em 2014, sob o peso da produção de xisto nos Estados Unidos, isso alimentou uma nova crença de que as cotações permaneceriam baixas por um longo tempo.

A exuberante nova fonte de petróleo parecia capaz, praticamente sozinha, de atender o crescimento da demanda mundial, acabando para sempre com a necessidade de barris adicionais provenientes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Surgiu, então, o conceito da "faixa de preços do petróleo de xisto", entre US\$ 40 e US\$ 55 por barril, o intervalo de valores que permitia à maioria dos produtores de petróleo de xisto dos EUA lucrar sem criar o risco de inundar o mercado. Durante a maior parte dos três anos seguintes, entre 2015 e 2017, as cotações do petróleo, de fato, variaram dentro desses limites.

Em 2018, no entanto, esse roteiro passou a ser lentamente deixado para trás. Agora, está em processo de desintegração.

A alta dos preços do Brent para US\$ 80 por barril pela primeira vez desde 2014 tirou o fôlego do mercado e atraiu quase todos os olhares, mas desviou as atenções de outro importante marco psicológico para o mercado de petróleo. Atualmente, a curva futura das cotações do Brent está sendo negociada acima de US\$ 60, chegando até aos contratos para entrega em dezembro de 2024.

Na prática, o mercado está dizendo que a "longa era de preços baixos" morreu.

A realidade é que o petróleo de xisto dos EUA foi incapaz de atender o crescimento da demanda mundial, que desde 2014 vem sendo na média de 1,7 milhão de barris diários por ano, o dobro do ritmo verificado no início da década. Em consequência, os estoques foram diminuindo, o que enfraqueceu o escudo de proteção que havia sido erguido.

O declínio dos estoques foi influenciado em parte pelo forte aumento na demanda e pelo acordo entre produtores da Opep e de fora do grupo, que passou a restringir oferta a partir de janeiro de 2017. Desde então, o impacto desse acordo foi amplificado pelas reduções na produção da Venezuela e Angola e, mais recentemente, na oferta de fora dos EUA e da Opep.

O inevitável déficit de oferta é muito preocupante, já que a capacidade de produção adicional no mundo é bem limitada.

Embora sempre tenhamos visto o petróleo de xisto como apenas uma parte da matriz de oferta necessária para atender o crescimento futuro da demanda, a indústria petrolífera só agora acorda para essa realidade.

Dois tópicos principais começam a influenciar a forma de pensar dos investidores e a impulsionar o recém-adquirido interesse em exposição ao setor de petróleo.

Os preços futuros precisam subir para voltar a incentivar os investimentos (ou restringir a demanda)

Primeiro, os dados mais recentes sobre a oferta, enfim, começam a refletir os efeitos nocivos da falta de investimentos que se seguiu à imensa redução nos gastos em bens de capital em vigor desde 2015. Os dados agora mostram taxas de aceleração dos declínios em importantes fontes de produção, como Brasil, Noruega e Angola.

Segundo, a força impressionante da demanda vinha sendo ofuscada nos últimos dois anos pelo brilho das histórias sobre os veículos elétricos.

Lentamente, no entanto, essa narrativa começou a dar lugar ao reconhecimento de que embora no longo prazo os carros elétricos se encaminhem indubitavelmente a alterar a trajetória da demanda mundial por petróleo, no médio prazo (nos próximos cinco anos) essa tendência não vai chegar a um ponto crítico, o momento em que vai ser capaz de compensar a queda prevista na oferta devido à falta de investimentos.

O lançamento pouco animador do Model 3, da Tesla, foi um catalisador importante dessa mudança de opiniões. Embora a montadora não seja a única fabricante de veículos elétricos, suas dificuldades abalaram a fé cega dos investidores na capacidade do novo segmento de estar à altura das expectativas.

Portanto, embora ainda se projete desaceleração no crescimento da demanda por petróleo em relação aos níveis atuais, o consumo ainda vai ser alto o suficiente para que o mercado precise de ofertas adicionais para atendê-lo - na ausência de alguma grande recessão.

Além disso, o mercado físico de petróleo vai enfrentar ainda mais pressões no futuro, com a mudança em 2020 das especificações sobre o combustível de navegação, que deverá impulsionar em mais 2 milhões a 3 milhões de barris por

dia a demanda por produtos como o diesel e o combustível com teor ultrabaixo de enxofre.

Como resultado, acreditamos que os preços do petróleo podem chegar a mais de US\$ 100 por barril, uma previsão de preço que estamos mantendo já há três anos para a segunda metade de 2019.

A "faixa de preços do petróleo xisto" foi quebrada de forma terminante e 2018 vai ser um ano divisor de águas: o mercado vai perceber que o petróleo de xisto sozinho não tem condições de atender o crescimento na demanda e que os preços futuros precisam subir para voltar a incentivar os investimentos (ou restringir a demanda).

Os preços dos contratos para entrega futura vêm subindo em busca de um novo ponto de equilíbrio, no qual se acredite que os investimentos em novas fontes vão ser retomados. Quando o ponto for encontrado, a curva futura do Brent vai jogar a âncora em torno a esse preço.

Quando os preços dos contratos futuros tiverem se estabilizado nesse novo patamar, os contratos de curto prazo vão passar a subir neste terceiro trimestre de acordo com a demanda sazonal. Diante dos crescentes riscos geopolíticos e de problemas na oferta no Irã e Venezuela, há risco de que os preços do petróleo avancem para a marca dos US\$ 100, e talvez além, até antes do segundo semestre de 2019, como vínhamos projetando.

Nunca um ativo segue uma linha reta, no entanto, o mercado de petróleo como um todo talvez não esteja preparado para o que vai acontecer com as cotações nos próximos dois anos. **(Amrita Sen e Yasser Elguindi são consultores especializados em petróleo na consultoria Energy Aspects)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Rania El Gamal e Alex Lawler | Reuters, de Khobar, Arábia Saudita

Título: Opep pode reduzir corte na produção em junho

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) pode decidir aumentar a produção de petróleo em junho devido a preocupações sobre a oferta iraniana e venezuelana e após Washington ter levantado receios de que o rali do petróleo poderia estar indo longe demais, disseram à Reuters fontes da Opep e do setor com conhecimento com a discussão.

Os países-membros da Opep do Golfo estão liderando as conversas iniciais sobre quando o grupo exportador pode impulsionar a produção de petróleo

para tentar esfriar o mercado depois de os preços terem subido para mais de US\$ 80 o barril na semana passada e repetido o patamar durante o pregão de ontem.

Esses países também discutem quantos barris em produção cada membro poderia acrescentar, disseram as fontes. A Opep e produtores não-membros, liderados pela Rússia, concordaram em cortar a produção em cerca de 1,8 milhão de barris por dia (bpd) até o fim de 2018, para reduzir os estoques globais. Mas os excedentes em estoques já caíram para perto da meta do grupo. Em abril, a meta de cortes atingiu um recorde de 166%, o que significa uma redução da oferta bem além da prevista inicialmente.

"Todas as opções estão na mesa", disse uma fonte, acrescentando que a decisão de elevar a produção poderá ser tomada no próximo mês, quando a Opep se reunir para decidir sobre sua política de produção, mas ainda não há um número definido.

"Ainda estamos estudando os diferentes cenários", disse uma segunda fonte, acrescentando que, mesmo que a Opep decida aliviar as restrições à produção em junho, pode levar de três a quatro meses para entrar em vigor. "Essa é uma das opções", disse uma fonte da Opep.

A queda da produção venezuelana devido a uma crise econômica ajudou ao cartel a realizar um corte maior do que o pretendido. O ministro da Energia da Arábia Saudita, Khalid al-Falih, deve reunir-se com seus pares da Rússia e dos Emirados Árabes Unidos, em São Petersburgo, esta semana para discutir a questão, disseram fontes.

Até agora, a Opep disse que não vê necessidade de aliviar as restrições à produção, apesar da queda nos estoques mundiais para os níveis desejados pelo grupo e das preocupações entre as nações consumidoras de que a alta dos preços possa minar a demanda. Ontem, o barril do Brent para julho fechou a US\$ 79,57, alta de 0,44%. O WTI para o mesmo mês caiu 0,20%, para US\$ 72,20.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Petrobras recua em dia de bolsa positiva

No primeiro dia de alta da bolsa em três pregões, a Petrobras foi o destaque negativo. Com giro forte, o movimento dos papéis da estatal foi o grande responsável por frear o ganho do Ibovespa, em meio a um turbilhão de informações sobre o debate envolvendo os preços dos combustíveis no Brasil.

Ontem, a ação preferencial da Petrobras caiu 1,19%, com giro de R\$ 2,2 bilhões, e a ordinária, 2,33%, com volume de R\$ 546 milhões. Na contramão, depois de acumular queda de mais de 5% em três pregões, o Ibovespa pegou carona na valorização dos bancos e fechou em alta de 1,13%, aos 82.739 pontos. O giro financeiro do índice foi de R\$ 11,8 bilhões, superior ao volume já forte de maio (R\$ 11 bilhões) e de 2018 (R\$ 8,8 bilhões).

O momento é visto como de manter uma postura mais defensiva em bolsa. Nos últimos pregões, os riscos internos e externos forçaram uma saída forte de investidores estrangeiros e um ajuste dos fundos multimercados. Embora essa performance ainda seja classificada por gestores como pontual, também não é vista como oportunidade de tomar risco. Em relatório, o Morgan Stanley foi direto: é melhor comprar ações defensivas, como Ambev, Telefônica Brasil e EDP Energias do Brasil. "Recomendamos aos investidores vender [ações ligadas] aos ciclos domésticos", diz.

E as preocupações ficam evidentes no movimento da própria Petrobras. Embora a performance das ações preferenciais do Itaú (alta de 2,42%) e da maior parte das ações tenha levado o Ibovespa ao azul, o giro do dia ficou mais uma vez concentrado na ação preferencial da estatal. Se no começo do mês, porém, os catalisadores eram positivos, ontem a empresa enfrentou o seu primeiro teste político.

O papel reagiu com bastante força à intenção do governo de interferir nos preços dos combustíveis, um tema que tem grande apelo eleitoral. A maior preocupação do investidor, e que se refletiu no prêmio de risco das ações da Petrobras, é que isso pudesse significar uma alteração na atual política de preços da companhia. No pior momento do dia, a preferencial da Petrobras chegou a cair 3,44%, enquanto a ordinária cedeu 3,26%.

Durante a tarde, o papel da companhia inverteu a tendência, logo depois que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que estudava zerar a Cide, imposto cobrado sobre os combustíveis. A declaração foi bem recebida porque sinalizou que não haveria mudança na política de reajustes da Petrobras, e que, se o governo desejasse reduzir os preços, faria isso via imposto. Maia - que é pré-candidato à Presidência pelo DEM - publicou a afirmação na rede social Twitter. Logo em seguida, a ação preferencial chegou a subir 1,12%, enquanto a ordinária chegou a avançar 0,10%. Nesse momento, o Ibovespa ampliou a alta a 1,93% e tocou a máxima no dia, em 83.396 pontos.

O alívio, no entanto, durou pouco e foi absorvido pelo mercado, que decidiu manter a cautela. Segundo um gestor de um grande fundo de investimento, apesar do sobe e desce no dia, a Petrobras se sai bem ao continuar sinalizando

ao mercado a sua independência. Cada vez mais, porém, os aspectos políticos tomarão forma e incidirão sobre a companhia.

MME / ASCOM .